

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MATO GROSSO

Edital 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	114626-UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MATO GROSSO	GABRIEL SOUTO DE CASTRO COUTINHO	09/06/2026 13:25 (v 0.7)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		03651.000085 /2026- 05

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

CONTRATANTE (UASG)

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE EM MATO GROSSO – SES/MT-IBGE (114626)

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle informatizado, incluindo meio de intermediação do pagamento, para aquisição de combustíveis em rede de postos credenciados, tipo etanol, gasolina e diesel, para atender aos veículos oficiais da Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso (SES/MT-IBGE).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.064.377,28 (dois milhões, sessenta e quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

maior desconto por grupo

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – SES/MT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Torna-se público que o(a) **FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**, por meio da **Seção de Recursos Materiais - SRM**, da **Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso - SES/MT**, sediada na **Rua Coronel Peixoto, n 17, Praça Bispo Dom José, bairro Centro, Cuiabá/Mato Grosso, CEP: 78010-100**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle informatizado, incluindo meio de intermediação do pagamento, para aquisição de combustíveis em rede de postos credenciados, tipo etanol, gasolina e diesel, para atender aos veículos oficiais da Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso (IBGE-SES/MT)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado **por quatro itens**, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata **os subitens do item 5**, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor total do item, já com o desconto;

6.1.2. marca/fornecedor;

6.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo diferente do previsto para a contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (cinco décimos por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação;

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O

sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;[A8]

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O **Pregoeiro** solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6. É facultado ao **Pregoeiro** prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o **Pregoeiro** iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. O **pregoeiro** realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.15. O **pregoeiro** concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10% (dez por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração**.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (DUAS) HORAS, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **10 (dez)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **10 (dez)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **10 (dez)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/licitacoes-e-contratos/editais.html>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: correio eletrônico (e-mail) para srm.mt@ibge.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/licitacoes-e-contratos/editais.html>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Termo de Ciência e concordância;

16.11.4. Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial;

16.11.5. Anexo V – Instrumento de Medição de Resultado – IMR;

Cuiabá, 02 de junho de 2026.

Edmaions da Silva Carvalho

Seção de Recursos Materiais - SRM/IBGE/MT

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDMAIONS DA SILVA CARVALHO

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexos edital.pdf (5.36 MB)

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MATO GROSSO

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	114626-UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MATO GROSSO	DOUGLAS ADRIAN DE ALMEIDA PORTELA FERREIRA COELHO	06/05/2026 16:09 (v 0.11)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	68/2026	03651.000085/2026-05

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 03651.000085/2026-05)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle informatizado, incluindo meio de intermediação do pagamento, para aquisição de combustíveis em rede de postos credenciados, tipo etanol, gasolina e diesel, para atender aos veículos oficiais da Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso (IBGE-SES/MT), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (24 MESES)
01	1	Etanol	486024	Litros	70.908	R\$ 4,82	R\$ 28.481,38	R\$ 683.553,12
	2	Gasolina Comum	461506	Litros	4.416	R\$ 7,07	R\$ 2.601,76	R\$ 62.442,24
	3	Óleo Diesel	461552	Litros	80.880	R\$ 7,90	R\$ 53.246,00	R\$ 1.277.904,00
	4	Taxa de Administração	25372	Unidades	12	R\$ 1.686,58	R\$ 1.686,58	R\$ 40.477,92

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de serviço para manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidade permanente ou prolongada, nos termos do Inciso XV do Art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o disposto no Estudo Técnico Preliminar e tendo em vista que a sua demanda é constante e ininterrupta.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **02 (dois) anos** contados do(a) **data de assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 33787094000140-0-000016/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 24/04/2025;
- III. Id do item no PCA: 70;
- IV. Classe/Grupo: 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE;
- V. Identificador da Futura Contratação: 114626-68/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Zelar pela qualidade de combustível destinado à CONTRATANTE, certificando-se de que os postos de abastecimento credenciados atendam a todos os requisitos exigidos pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);

4.1.2. Conhecer e seguir as orientações constantes em legislações e demais orientações pertinentes à sustentabilidade ambiental no setor em que atua, devendo observar, dentre outros, o Plano de Logística Sustentável do IBGE - PLS e os normativos citados no item 14 do ETP 1/2026 em anexo;

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O serviço possui natureza continuada e a duração do contrato será de 02 (dois) anos, prorrogáveis, nos termos da Lei nº 14.133/21.

5.1.2. Início da execução do objeto: 10 dias corridos da assinatura do contrato.

5.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho encontra-se detalhado no item 4 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo deste Termo de Referência.

Rotinas a serem cumpridas

5.2. A execução contratual observará as rotinas detalhadas no item 4 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo deste Termo de Referência.

5.3. Os serviços serão prestados em rede credenciada em todo território do Estado de Mato Grosso e Estados contíguos, nos 7 (sete) dias na semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, independente de serem dias úteis ou feriados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. O início do serviço de abastecimento de combustíveis, em caráter contínuo e ininterrupto, dos veículos que compõem a frota do IBGE, em especial, mas não apenas, nos municípios e localidades relacionados no

ANEXO I do Estudo Técnico Preliminar (ETP), deverá ocorrer até o 10º (décimo) dia corrido após a assinatura do Contrato.

5.4.2. Os valores e quantidades estimados são apenas para fins de referência, sendo que será faturado e pago o que efetivamente for consumido.

5.4.3. Consumo estimado anual de etanol: 70.908 Litros;

5.4.4. Consumo estimado anual de gasolina comum: 4.416 Litros;

5.4.5. Consumo estimado anual de diesel: 80.880 Litros;

5.4.6. A CONTRATADA deverá arcar, sem qualquer ônus adicional ao IBGE, com todas as despesas resultantes da prestação do serviço, bem como, do sistema de gerenciamento eletrônico, equipamentos, instalações, treinamento, deslocamentos de seus funcionários /representantes, manutenção, atualização, relatórios, dispositivos, cartões e outras decorrentes do serviço;

5.4.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar da assinatura do contrato, o credenciamento dos postos de combustível conforme exigido pelo IBGE, os procedimentos, metodologias e tecnologias, fazendo a implantação do sistema integrado de gerenciamento de abastecimento, das unidades de abastecimento através do uso de tecnologia (dispositivo virtual ou físico) para pagamento, visando a um controle eletrônico do consumo de combustíveis.

5.4.8. Efetuar o abastecimento dos veículos do IBGE de forma parcelada, obedecendo às normas da Agência Nacional de Petróleo – ANP, nos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, não se admitindo recusa do posto credenciado em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;

5.4.9. Os combustíveis que apresentarem, nos casos comprovados pela fiscalização competente, densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição, bem como a presença de outras substâncias em percentuais além dos permitidos, serão recusados e deverão ser substituídos sem custo para o IBGE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da formalização da recusa;

5.4.10. Para atender às excepcionalidades do IBGE, o sistema deverá possuir previsão para lançamento manual com autorização fornecida via telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, de forma a manter o abastecimento em caso de pane do sistema informatizado no local de abastecimento;

5.4.11. O abastecimento indevido de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela CONTRATADA;

5.4.12. Os abastecimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão suportadas pela CONTRATADA;

5.4.13. Todas as promoções e descontos propiciados pelos estabelecimentos de abastecimento deverão ser repassados ao IBGE;

5.4.14. Admite-se a execução, na rede credenciada, de serviços emergenciais de lavagem, reposição de fluídos, óleos, equipamentos e reparos em pneus através do cartão de abastecimento devido ao fato de que os veículos do IBGE frequentemente são utilizados em deslocamento para cidades longínquas e de pequeno porte, onde não há oficinas credenciadas pelo contrato de manutenção veicular.

5.4.14.1. A utilização da funcionalidade descrita no item anterior possui caráter estritamente excepcional e subsidiário, podendo ser acionada somente em caso de comprovado não atendimento ou impossibilidade logística pelo contrato de manutenção veicular, e dependerá, obrigatoriamente, de prévia, expressa e formal autorização da GEFROTA/MT para cada ocorrência.

5.4.14.2. Nesses casos, a retenção de tributos respeitará a natureza fiscal do serviço realizado, mesmo que, do ponto de vista orçamentário, estejam sendo utilizados recursos destinados ao fornecimento de combustíveis.

5.4.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar e credenciar, quando solicitado pelo IBGE, rede de postos de combustível certificados pela ANP para o fornecimento, todos os dias da semana, dos combustíveis contratados, cumprindo o exigido no item 4 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo deste Termo de Referência.

5.4.16. A CONTRATADA deverá disponibilizar os sistemas de gerenciamento eletrônico dos abastecimento e das unidades de abastecimento, cujo funcionamento, controle e segurança deverão atender os parâmetros mínimos a estabelecidos no item 4 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo deste Termo de Referência.

5.4.17. O sistema deverá permitir produção e emissão de relatórios para o controle e gestão das informações detalhadas sobre as despesas de abastecimentos, em especial acerca da retenção tributária, conforme exigido no item 4 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo deste Termo de Referência.

5.4.18. A CONTRATADA deverá disponibilizar, além do sistema de gestão via WEB, de Central de Atendimento ou SAC, devendo executar de forma ágil e rápida os serviços essenciais e/ou urgentes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.20. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no conforme previsto em Anexo do Edital e no Anexo V-B da Instrução Normativa - IN 65/2017.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.4. **Os serviços serão recebidos provisoriamente**, no prazo de **05 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal (consumo efetivo do mês).

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. **Os serviços serão recebidos definitivamente** no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. **O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA /IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. O valor da taxa de administração proposto pela empresa contratada é fixo e irrevogável por todo o período de execução do contrato.

7.38. A atualização dos preços dos combustíveis (Etanol, Gasolina Comum e Óleo Diesel S-10) dar-se-á semanalmente, de acordo com a variação do Preço Médio de Revenda apurado na tabela da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o Estado de Mato Grosso.

7.39. Sobre o preço do abastecimento, será aplicado o percentual de desconto ofertado pela contratada em sua proposta, o qual permanecerá fixo e irrevogável durante toda a vigência do contrato e suas eventuais prorrogações.

7.40. Em observância ao princípio da economicidade e da proposta mais vantajosa (art. 11, inc. I, da Lei nº 14.133 /2021), não haverá reajuste anual por índice de preços (como o IPCA/IBGE) para os itens de combustíveis e derivados de petróleo.

7.41. A flutuação dos valores da tabela ANP é reconhecida como o mecanismo técnico adequado para garantir, por si só, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação ao longo do tempo, refletindo a real média de mercado.

Cessão de Crédito

7.42. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.42.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.43. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de **02 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços**, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.33.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.44.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.44.6.1. ata de fundação;

9.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 2.064.377,28 (dois milhões, sessenta e quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no **item 1.1 deste Termo de Referência**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: 11301/114626;
- II. Fonte de recursos: 1000000000;
- III. Programa de trabalho: 229069, 229071, 249583;
- IV. Elemento de despesa: 339030-01; e
- V. Plano interno: Pesquisas, Cadastro, 12CensoAgro.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cuiabá/MT, 06 de Maio de 2026.

13. ANEXO I

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Cuiabá-MT, de de 2026.

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

14. ANEXO II

ANEXO II - ETP 0001/2026

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DOUGLAS ADRIAN DE ALMEIDA PORTELA FERREIRA COELHO

Equipe de Planejamento.

BRENO MARTINS BARROS

Equipe de Planejamento

PEDRO HENRIQUE DE PAIVA ARTUR

Equipe de Planejamento

FRANCISCO VIEIRA DA SILVA

Equipe de Planejamento

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MATO GROSSO

Estudo Técnico Preliminar 1/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 03651.000085/2026-05

2. Descrição da necessidade

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE tem como missão institucional “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”. Para o adequado cumprimento desta missão, a instituição realiza pesquisas diversas (conjunturais, estruturais, econômicas, sociodemográficas, agropecuária, dentre outras), as quais exigem inúmeros deslocamentos diários dos servidores.

Tais deslocamentos para as diversas pesquisas do IBGE, são predominantemente efetivadas mediante a utilização dos veículos próprios e locados hoje disponíveis e que necessitam continuamente de abastecimentos. Para tanto, faz-se necessária a aquisição contínua e dispersa de combustíveis dos tipos: Álcool (Etanol), Gasolina e Diesel.

Em razão de sua atuação capilarizada pelo Estado de Mato Grosso, as Agências de Pesquisas atuam em praticamente todos os municípios, sendo necessário que o abastecimento da frota possa ser realizado de forma ágil e descentralizada. Ademais, a disponibilização de sistema informatizado para o adequado controle da frota, traz importante ganho de qualidade a administração da frota de veículos. Nesse sentido, a contratação de uma empresa gerenciadora, que conte com rede de estabelecimentos credenciados, torna-se a alternativa mais viável para a continuidade do serviço público que presta o IBGE.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE EM MATO GROSSO	MILLANE CHAVES DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- Requisitos necessários ao atendimento da necessidade, **devendo a CONTRATADA** executar os serviços, conforme discriminado abaixo:
 - O início do serviço de abastecimento de combustíveis, em caráter contínuo e ininterrupto, dos veículos que compõem a frota do IBGE, em especial, mas não apenas, nos municípios e localidades relacionados no ANEXO I deste ETP, deverá ocorrer até o 10º (décimo) dia corrido após a assinatura do Contrato.
 - Os valores e quantidades estimados são apenas para fins de referência, **sendo que será faturado e pago o que efetivamente for consumido.**
 - A CONTRATADA deverá arcar, sem qualquer ônus adicional ao IBGE, com todas as despesas resultantes da prestação do serviço, bem como, do sistema de gerenciamento eletrônico, equipamentos, instalações, treinamento, deslocamentos de seus funcionários /representantes, manutenção, atualização, relatórios, dispositivos, cartões e outras decorrentes do serviço;
 - A CONTRATADA deverá disponibilizar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar da assinatura do contrato, o credenciamento dos postos de combustível conforme exigido pelo IBGE, os procedimentos, metodologias e tecnologias, fazendo a implantação do sistema integrado de gerenciamento de abastecimento, das unidades de abastecimento através do uso de tecnologia (dispositivo virtual ou físico) para pagamento, visando a um controle eletrônico do consumo de combustíveis.
 - Promover a implantação e gestão de sistema tecnológico, com metodologia de cadastramento dos veículos e dos gestores, bem como, controle da logística, possibilitando, em caráter contínuo e ininterrupto, a adequada fiscalização administrativa, financeira e operacional do contrato, contemplando:

- Lista atualizada da Rede Credenciada de estabelecimentos certificados pela ANP, operando de forma efetiva, contínua e ininterrupta para o fornecimento dos combustíveis;
- Identificação eletrônica do veículo para liberar o abastecimento automaticamente, minimizando a intervenção humana.
- Garantir que o combustível seja inserido apenas em veículos autorizados e cadastrados no sistema, respeitando o tipo de combustível permitido e os limites fixados pelo IBGE.
- Registro automático, em cada operação, do veículo, do usuário, da data e da hora do abastecimento, da identificação do posto de combustível, do volume abastecido e do odômetro do veículo;
- Gerenciamento do sistema por meio de senhas, com níveis de acesso diferenciados aos fiscais/gestores indicados pelo IBGE, sendo no mínimo três perfis;
- Informatização dos controles por meio de sistema integrado de gestão de frota, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam a fiscalização e o controle total dos gastos;
- Disponibilizar relatórios gerenciais e operacionais informatizados conforme exigido pelo IBGE;
- Efetuar o abastecimento dos veículos do IBGE de forma parcelada, obedecendo às normas da Agência Nacional de Petróleo – ANP, nos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, não se admitindo recusa do posto credenciado em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;
- Os combustíveis que apresentarem, nos casos comprovados pela fiscalização competente, densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição, bem como a presença de outras substâncias em percentuais além dos permitidos, serão recusados e deverão ser substituídos sem custo para o IBGE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da formalização da recusa;
- Para atender às excepcionalidades do IBGE, o sistema deverá possuir previsão para lançamento manual com autorização fornecida via telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, de forma a manter o abastecimento em caso de pane do sistema informatizado no local de abastecimento;
- Autorizar o abastecimento dos veículos conforme necessidades e metas de serviço, cuja periodicidade será acompanhada pelo IBGE, mediante o relatório gerencial emitido pela CONTRATADA, especialmente quanto à quilometragem e à litragem;
- O abastecimento indevido de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela CONTRATADA;
- Os abastecimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão suportadas pela CONTRATADA;
- Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá restringir o saldo de utilização mensal dos serviços a valor menor que o total de empenho do contrato ainda disponível e não utilizado, sendo terminantemente vedada a utilização de modelos de bloqueios por duodécimos ou frações do contrato, implicando a utilização desse tipo de restrição em aplicação imediata de penalização prevista nesta licitação, bem como será considerado descumprimento total do contrato.
- Além do disposto no tópico anterior, o valor disponível no sistema, para utilização, deverá ser sempre o valor do contrato menos o que foi efetivamente consumido.
- O bloqueio do uso do abastecimento de veículo deverá ser imediato, e somente poderá ser feito pela unidade do IBGE responsável pelo gerenciamento dos serviços;
- Todas as promoções e descontos propiciados pelos estabelecimentos de abastecimento deverão ser repassados ao IBGE;
- Cumprir o constante nos normativos, nas legislações e orientações aplicáveis ao objeto contratado.
- Admite-se a execução, na rede credenciada, de serviços emergenciais de lavagem, reposição de fluídos, óleos, equipamentos e reparos em pneus através do cartão de abastecimento devido ao fato de que os veículos do IBGE frequentemente são utilizados em deslocamento para cidades longínquas e de pequeno porte, onde não há oficinas credenciadas pelo contrato de manutenção veicular.
 - A utilização da funcionalidade descrita no item anterior possui caráter estritamente **excepcional e subsidiário**, podendo ser acionada **somente em caso de comprovado não atendimento ou impossibilidade logística pelo contrato de manutenção veicular**, e dependerá, obrigatoriamente, de **prévia, expressa e formal autorização da GEFROTA/MT** para cada ocorrência.
 - Nesses casos, a retenção de tributos respeitará a natureza fiscal do serviço realizado, mesmo que, do ponto de vista orçamentário, estejam sendo utilizados recursos destinados ao fornecimento de combustíveis.
- Dispositivo Virtual ou Físico (Cartões Eletrônicos/Magnéticos):

- A CONTRATADA deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional, 01 (um) dispositivo virtual ou físico (cartão com tecnologia eletrônica/magnética) para cada veículo da frota oficial da SES/MT durante toda a vigência contratual, que servirão de meio de pagamento e controle dos abastecimentos.
 - O quantitativo inicial será definido na data de assinatura do contrato, devendo a contratada suprir com agilidade e isenção de custos a demandas extras, independentemente de variações (acréscimos ou decréscimos) na quantidade de veículos.
 - A entrega dos dispositivos virtuais, deverá ocorrer 48 (quarenta e oito) horas após assinatura do contrato ou se físicos em até 05 (cinco) dias corridos, na sede do IBGE-SES/MT, em Cuiabá/MT.
- A CONTRATADA deverá fornecer, igualmente sem ônus adicional, dispositivos físicos (cartões) adicionais “reserva”, mediante simples solicitação da CONTRATANTE, para utilização em casos excepcionais (locações de outros veículos, troca de veículos, perda, roubo, danos, etc.). Tais cartões poderão ser associados a qualquer veículo e utilizados enquanto se gera o novo cartão definitivo.
- Com exceção dos modelos "reserva", os dispositivos devem possuir os dados mínimos de identificação de cada veículo e a identificação expressa do IBGE.
- Os dispositivos servirão como meio exclusivo de pagamento na rede credenciada, que deve estar devidamente equipada para processar as transações.
- A responsabilidade pelo reembolso dos postos de combustível é integralmente da CONTRATADA, inexistindo qualquer vínculo financeiro direto entre o IBGE e os estabelecimentos da rede.
- Em casos de dano, perda ou extravio, o IBGE efetuará o bloqueio via sistema ou comunicará o fato oficialmente à CONTRATADA (por e-mail ou telefone em caso de inoperância do sistema), sendo que a responsabilidade do IBGE por eventual uso indevido cessa imediatamente após a comunicação.
 - O IBGE desconsiderará qualquer transações e respectivos abastecimentos efetuados depois do bloqueio ou da comunicação suporte técnico da CONTRATADA.
 - A CONTRATADA deverá fornecer, sem custos adicionais, um novo dispositivo virtual em 48 (quarenta e oito) horas ou se físico em até 05 (cinco) dias corridos, na sede do IBGE-SES/MT, em Cuiabá/MT.
- No caso de impossibilidade de pagamento dos combustíveis através do dispositivo, a CONTRATADA deverá disponibilizar um sistema alternativo que garanta o pagamento do combustível. Nessas situações, o tempo de espera para a liberação do pagamento não poderá exceder 30 (trinta) minutos.
- Rede Credenciada:
 - A CONTRATADA deverá dispor, durante toda a vigência contratual, de ampla rede de estabelecimentos conveniados (postos, concessionárias, centros de abastecimentos de veículos), certificados pela ANP para o fornecimento de todos os combustíveis contratados, todos os sete dias da semana, sendo no mínimo:
 - Em todo o Estado de Mato Grosso, bem como, nos Estados contíguos, em especial nas cidades de Vilhena/RO, Cacoal/RO e Ji-Paraná/RO.
 - 05 (cinco) estabelecimentos conveniados no município da Sede da Superintendência Estadual do IBGE/MT, das Agências da Região Metropolitana e das Agências localizadas em cidades com população acima de 100.000 (cem mil) habitantes;
 - 03 (três) estabelecimentos conveniados nos municípios das demais Agências do IBGE no interior do Estado de Mato Grosso, conforme endereços listados no ANEXO I deste ETP;
 - Será dispensada esta exigência na situação em que comprovadamente não houver nos municípios o mínimo de estabelecimentos exigidos, situação em que será admitido o credenciamento de pelo menos um estabelecimento com todos os combustíveis.
 - A CONTRATADA deverá manter sempre atualizada a lista da rede credenciada, constando os estabelecimentos que efetivamente estejam aceitando o pagamento por dispositivo virtual ou físico fornecido pela CONTRATADA. sob risco de penalidade.
 - A CONTRATADA deverá indicar os horários de funcionamento dos estabelecimentos da Rede Credenciada, bem como, em destaque, aqueles que trabalham em sistema de 24 (vinte e quatro) horas.
 - A CONTRATADA deverá proceder o cadastro de novos estabelecimento à rede credenciada, mediante solicitação prévia do IBGE para atendimento no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da solicitação;

- O controle e a segurança dos sistemas de serviço deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
 - Garantir que somente veículos cadastrados/autorizados pelo IBGE realizem abastecimentos;
 - Validar o abastecimento mediante senha ou dispositivo de identificação individual do usuário, impedindo o uso por pessoas não cadastradas/autorizadas pelo IBGE.
 - O acesso a qualquer funcionalidade do software será restrito a servidores indicados pelo IBGE, mediante uso obrigatório de senhas individuais e válidas.
 - Sempre que houver necessidade deverá ser possível a troca de senha de acesso;
 - Efetuar o bloqueio de abastecimento de combustíveis dos veículos, imediatamente após solicitação do IBGE, o que somente poderá ser feito pelos representantes indicados pelo IBGE;
 - Permitir a autorização do abastecimento de combustíveis junto aos estabelecimentos da rede credenciada por meio de identificação eletrônica.
 - Permitir a captura de dados como identificação do veículo, data e hora do abastecimento, identificação do posto de combustível, do volume abastecido e do odômetro do veículo, dentre outros;
 - Prover meios para que o IBGE possa limitar, por unidade usuária e por veículo, a quantidade a ser abastecida.
 - O abastecimento indevido, não autorizado, em duplicidade ou que esteja bloqueado, será considerado falha do sistema e não será suportado pelo IBGE;
 - A CONTRATADA ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como, repassá-los a terceiros, por qualquer meio, sem autorização prévia, formal e por escrito da Administração do IBGE.
- Os sistemas de gerenciamento eletrônico dos abastecimento e das unidades de abastecimento a serem disponibilizados pela CONTRATADA, cujo funcionamento deverá ocorrer de acordo com os parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
 - Permitir a consolidação dos dados, importação e/ou exportação de dados e a emissão de relatórios da forma que o CONTRATANTE indicar, com total compatibilidade com os sistemas operacionais do IBGE;
 - Permitir a informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, datas e horários, além do tipo de combustível;
 - Deverá tornar disponíveis relatórios gerenciais de controle da situação (histórico de quilometragem, etc.), e das despesas de abastecimento por tipo de combustível de cada um dos veículos da frota;
 - Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos são de responsabilidade da CONTRATADA. Se esta der causa, por sua culpa ou dolo, deverá por eles responder;
 - Deverá oferecer transferência de conhecimentos aos gestores e usuários indicados pelo IBGE quanto à utilização do gerenciamento de todo o sistema e respectivos softwares, bem como dos equipamentos que deverão observar as disposições consignadas nos manuais e procedimentos que os acompanharem, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção e/ou substituição dos equipamentos que se mostrarem insatisfatórios à plena execução dos serviços, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados;
 - Deverá possuir, no mínimo, os seguintes requisitos básicos:
 - Captura eletrônica (com ou sem necessidade de digitação) de dados essenciais em cada operação, incluindo a identificação do veículo, dos usuários e do posto de combustível, o volume abastecido, a data, a hora e a quilometragem (odômetro).
 - Disponibilizar relatórios gerenciais via internet, permitindo ao IBGE monitorar detalhadamente o consumo de cada veículo. Tais relatórios devem identificar, entre outros indicadores, a média de consumo (Km/l) alcançada entre os abastecimentos realizados.
 - Certificação de que todo combustível registrado pela bomba foi efetivamente entregue ao veículo identificado.
 - Para assegurar a integridade e a conformidade das operações, o sistema deverá oferecer mecanismos que garantam o bloqueio/impedimento de:
 - Operações para veículos que não estejam devidamente cadastrados na frota do IBGE.

- Operações em que o tipo de combustível não corresponda ao autorizado para o veículo específico, respeitando as normas de preferência por combustíveis renováveis quando aplicável.
- Operações que ultrapassem o limite de crédito estabelecido em R\$ ou LITRAGEM pelo IBGE, para cada veículo da sua frota, sem expressa autorização do gestor/fiscal, conforme o caso.
- Incluir ou excluir veículos e usuários do cartão a critério do IBGE durante toda a execução do contrato;
- Permitir alterações nos limites inseridos inicialmente a qualquer tempo, mediante autorização do IBGE;
- Deverá permitir produção e emissão, no mínimo, dos seguintes relatórios para o controle e gestão das informações detalhadas sobre as despesas de abastecimentos, via Web:
 - Composição da Frota: identificação da quantidade total de veículos cadastrados no sistema, possibilitando a classificação através de diferentes formas - Fabricante, Modelo, Versão ou Ano de Fabricação, por potência do motor, por Coordenação e por Postos;
 - Histórico Detalhado de Veículo: listagem de todas as operações realizadas quer seja por um veículo ou por todos os veículos da frota, contendo as seguintes informações: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do usuário, combustível adquirido (tipo e quantidade), valor da operação e saldo remanescente;
 - Controle de Desvios: Identificação de divergências na captação de dados, tanto na quilometragem (odômetro) quanto no volume de litros abastecidos.
 - Análise de Consumo de Combustível: avaliação de determinado tipo de combustível, da performance dos veículos em termos de consumo (km/L) em períodos específicos;
 - Histórico de Quilometragem da Frota: informando a quilometragem percorrida por veículo da frota em períodos específicos;
 - Preços Praticados nos Postos: identificando os combustíveis adquiridos, apontando as operações cujos preços unitários estejam fora da faixa de preços estabelecida pela ANP.
 - Utilização de Mercadorias por Estabelecimento, por Usuário e por Veículo: possibilitando a verificação individualizada e detalhada da utilização dos serviços na rede de estabelecimentos credenciados, a fim de identificar inclusive o tipo de operação.
 - Esse relatório deve ter como opção determinar o total das despesas (em reais) por CNPJ no período, sendo utilizado para conferência do faturamento e na retenção dos tributos incidentes sobre a aquisição.
 - Extrato de Conta Portador / Conta Base: O relatório de Conta Portador servirá para verificar o extrato da conta do veículo e o saldo existente a fim de acompanhar as despesas realizadas pelos veículos em períodos específicos.
 - Evolução de Despesas da Frota: possibilitando o monitoramento da evolução de despesas da frota em períodos específicos.
 - Relatório de Retenção: listando cada um dos abastecimentos que contém IR e CSLL, constando obrigatoriamente a placa do veículo e o tipo de abastecimento;
 - Relatório de Veículos sem abastecimento: relatório dos carros registrados que não abasteceram no período de um mês.
 - Relatórios Especiais: O sistema deverá possibilitar a extração de relatórios especiais, partindo da base de dados disponibilizada, para desenvolvimento de gerenciamento específico, desde que contemplados no sistema.
 - Outros relatórios de interesse do IBGE
 - Todos os relatórios deverão ser disponibilizados com os dados desde o início e por todo o período contratual, sem qualquer limitação temporal dos dados.
- A CONTRATADA deverá disponibilizar, além do sistema de gestão via WEB, de Central de Atendimento ou SAC, devendo executar de forma ágil e rápida os serviços essenciais e/ou urgentes, tais como:
 - Liberação temporária de operação em estabelecimento não credenciado;
 - Realização de Abastecimento e/ou Pagamento;
 - Bloqueio temporário e/ou cancelamento de dispositivo;
 - Emissão de 2ª (segunda) via de dispositivo;

- Crédito extra ou retirada de crédito; e
- Verificação de saldos e transferência de créditos entre cartões.
- Outros requisitos:
 - O serviço possui natureza continuada e a duração do contrato será de 02 (dois) anos, prorrogáveis, nos termos da Lei nº14.133/21.
 - A contratada, por meio do seu representante, deverá realizar treinamento com os usuários da contratante quanto à utilização do sistema, devendo assumir todo o ônus da realização do treinamento, inclusive quanto a eventuais despesas de deslocamentos do seu representante;
 - Cabe também ressaltar que a lei nº13.455/2017 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13455.htm) que dispõe sobre "a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, e altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004", estabelece em seu art. 1º que "Fica autorizada a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado". Apesar do disposto na referida lei permitir que os postos de combustíveis efetuem a cobrança de valor diferenciado para venda de combustível dependendo do instrumento de pagamento (cartão de débito, cartão de crédito, etc.) e em função do prazo (à vista ou à prazo), sugere-se que a contratada realize esforços no sentido de orientar os postos credenciados a não efetuarem esse tipo de cobrança diferenciada.

5. Levantamento de Mercado

Com base no histórico referente à prestação do serviço em anos anteriores e na pesquisa de mercado realizada via consulta a contratações semelhantes de outras unidades da federação (ANEXO II), observa-se que a solução técnica padrão consiste na contratação de empresa especializada em **serviços de administração, gerenciamento e controle de combustíveis**, por meio de sistema informatizado com cartões eletrônico/magnéticos vinculados a uma rede credenciada.

A análise de mercado indica que o modelo de gestão centralizada é o mais eficiente para o IBGE, dada a dispersão geográfica das agências no Estado de Mato Grosso, bem como, o enorme volume e diversidade dos deslocamentos, o que inviabiliza contratações diretas com postos locais.

Quanto aos custos administrativos, embora existam registros de "taxa zero", a experiência anterior demonstrou que tal prática pode comprometer a **exequibilidade contratual**, levando a recusas de atendimento e falhas no suporte. Ademais a GEFROTA/MT destacou a necessidade de um atendimento mais ágil (assessores dedicados e central 24/7) para liberações urgentes e resolução de problemas na rede credenciada.

Fixar um teto acima de zero atrai mais fornecedores qualificados para a fase de lances, permitindo que a disputa de mercado (via maior desconto) defina o valor final, que pode vir a ser reduzido durante a sessão pública, mas partindo de um patamar que assegure a viabilidade operacional. O planejamento preventivo visa evitar que o certame fracasse por falta de interessados, garantindo que o valor estimado esteja adequado à realidade.

Assim, fundamentado no princípio da continuidade do serviço público, o levantamento aponta a necessidade de fixar uma **taxa de administração máxima de 2,00%** para garantir a atratividade do certame e a viabilidade da operação durante toda a vigência.

6. Descrição da solução como um todo

Considerando a dispersão geográfica e a considerável quantidade de pontos de abastecimento necessários em todo o Estado de Mato Grosso, a contratação direta pelo IBGE de fornecimento de combustíveis diretamente nos postos ficaria inviabilizada, pois representaria desperdício de recursos pela necessidade de gestão de inúmeros instrumentos contratuais formalizados e/ou a utilização de inúmeros suprimentos de fundos para abastecimento dos veículos, além da inviabilidade de gerenciamento efetivo, ausência de padronização de procedimentos, tanto pela quantidade de contratações a serem realizadas, quanto pela estrutura dos postos de combustível, cujo aparato tecnológico está aquém das necessidades do IBGE, aliado ainda à impossibilidade de previsão de gasto em cada estabelecimento que, por razões de interesse público, poderia frustrar a expectativa de vantajosidade também para o próprio fornecedor (posto de combustível).

Dessa forma, a solução que se apresenta como a mais adequada para o atendimento da necessidade da administração quanto à aquisição de combustíveis é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle informatizado, com uso de cartões eletrônicos/magnéticos.

Ademais este tipo de contratação viabiliza a manutenção de um único contrato de abastecimento de todos os veículos, visto que as empresas desta natureza possuem ampla rede de postos credenciados por todo o Estado.

Cabe ainda esclarecer o motivo para a adoção da solução da contratação quanto aos itens e sua forma de agrupamento:

- O IBGE realiza além das pesquisas regulares, outras pesquisas sazonais e essenciais ao país, cobertura ampla em todo o território e deslocamentos contínuos, longínquos e intensos. Há ainda diversas atividades de administrativas/preparação que antecedem qualquer operação censitária/contagem populacional, que demandam o deslocamento da frota no transporte necessário dos servidores por todo o território do estado de Mato Grosso.
- Os itens foram, assim, divididos da seguinte forma:
 - Item 1 - Álcool (Etanol);
 - Item 2 - Gasolina Comum;
 - Item 3 - Óleo Diesel;
 - Item 4 - Taxa de Administração.

Todos os itens desta contratação foram agrupados em um único grupo/lote, o que se mostra técnica e economicamente viável e propiciará maior competitividade, considerando as especificações do objeto a ser contratado.

A solução será adjudicada por preço global do grupo único, conforme justificativa técnica e econômica detalhada no item 9 deste ETP.

Os preços referentes às taxas de percentual de descontos aplicadas aos combustíveis propostos e ao valor da taxa de administração são fixos e irrevogáveis.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades para o período de vigência utiliza como parâmetro técnico o **ano de 2025**, período que reflete com precisão a carga de trabalho esperada para a frota institucional. O consumo de 2025 foi impactado pela execução da **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)**. A escolha desta base é estratégica posto que no período vindouro, a SES/MT certamente executará diversas **pesquisas sazonais e especiais** (como a PNS ou novas edições da POF) que demandarão deslocamentos contínuos e intensos, similares aos observados em 2025.

Dessa forma, utilizar a média de 2025 como "bolsão de segurança" garante que o contrato suporte o calendário institucional sem a necessidade de aditivos precoces por subestimativa de demanda. Aplicando as margens de segurança de **20% para o Etanol e 10% para Diesel, bem como, um ajuste técnico para correção de distorção histórica por inoperância de veículos de 142% para Gasolina** sobre a média histórica.

- A análise do histórico de consumo de 2025 aponta um gasto de gasolina artificialmente baixo devido ao fato de que os veículos **Suzuki Jimny** (únicos da frota leve que utilizam exclusivamente gasolina) permaneceram inoperantes por longos períodos para manutenção. Utilizar apenas a média aritmética simples desses anos resultaria em uma subestimativa da demanda real necessária quando os veículos estiverem em pleno uso.
- Considerando a necessidade de ter os 4 veículos Jimny disponíveis para pesquisas em campo (especialmente em áreas de difícil acesso onde o perfil 4x4 é exigido), a projeção técnica aponta a média de 92 litros para cada veículo que resulta em 368 Litros/mês.

Tabela: Memória de Cálculo Mensal (Atividades de Rotina - Base 2025)

Item	Combustível	Média 2025 (L)	Margem de Segurança / Correção	Quantidade Estimada (L/mês)
1	Etanol	4.924	+20%	5.909
2	Gasolina Comum	152	+142%	368
3	Óleo Diesel S-10	6.127	+10%	6.740

Conforme diretriz administrativa, **não foram computadas os gastos relativos a realização dos Censo/Contagem Populacional**, que serão objetos de contratações separadas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.064.377,28

O valor estimado da contratação foi obtido multiplicando-se os quantitativos mensais projetados pelos preços médios de referência praticados no Estado de Mato Grosso (Base ANP), atualizados pelo IPCA acumulado de 12 meses, conforme metodologia oficial. Para uma vigência contratual de **24 meses**, o valor total global é estimado em **R\$ 2.064.377,28**.

Este montante assegura a manutenção ininterrupta das atividades de campo, mantendo margem orçamentária autorizada para suportar os picos de demanda das pesquisas sazonais. Ressaltando que as regras contratuais estabelecem que o IBGE pagará apenas pelo que for **efetivamente consumido**.

Tabela: Projeção de Valor Bi-anual (Vigência 24 meses)

Item	Combustível	Preço Base	Preço Corrigido c/ IPCA	Qtd. Estimada (L /mês)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (24 meses)
1	Etanol	R\$ 4,64	R\$ 4,82	5.909	R\$ 28.481,38	R\$ 683.553,12
2	Gasolina Comum	R\$ 6,81	R\$ 7,07	368	R\$ 2.601,76	R\$ 62.442,24
3	Óleo Diesel	R\$ 7,61	R\$ 7,90	6.740	R\$ 53.246,00	R\$ 1.277.904,00
A	SUBTOTAL COMBUSTÍVEIS				R\$ 84.329,14	R\$ 2.023.899,36
B	Taxa de Administração (Teto 2,00%)				R\$ 1.686,58	R\$ 40.477,92
(A+B)	VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 86.015,72	R\$ 2.064.377,28

Notas:

- 1- O preço médio por litro para cada tipo de combustível (etanol, gasolina e diesel), divulgado no site oficial da ANP – Agência Nacional do Petróleo (<https://www.gov.br/anp>) — Preços — Levantamento de Preços de Combustíveis (últimas semanas pesquisadas) — para o Estado de Mato Grosso praticado na semana de 22/03/2026 a 28/03/2026. (ANEXO IV deste ETP)
- 2- A esse valor do preço médio aplicou-se, anual e cumulativamente, o índice **IPCA de inflação acumulado** dos últimos 12 (doze) meses (03/2025 a 02 /2026), divulgado pelo **IBGE**, garantindo a atualização dos valores conforme memória de cálculo apresentada no ANEXO III deste ETP.
- 3- Dessa forma, os valores mensais e totais foram calculados multiplicando a quantidade estimada pelo preço unitário corrigido.
- 4- Para obtenção do valor/percentual estimado da taxa de administração, realizou-se pesquisa de preços utilizando como parâmetro pesquisa de contratações similares de outros entes públicos (outras Superintendências Estaduais do IBGE), em execução ou firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, com base nas orientações contidas na Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, conforme resumo constante no ANEXO II.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será realizada por lote/grupo, vez que essa forma de contratação mostra-se técnica e economicamente viável, por propiciar maior competitividade, ao mesmo tempo que assegura um único contrato a ser gerido. O parcelamento do objeto representaria perda de economia de escala, bem como dificuldades de gestão dos futuros contratos múltiplos, demandando maior número de servidores envolvidos no custo total do atendimento à necessidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Conforme diretriz administrativa, os gastos de abastecimento/combustível relativos a realização dos Censo/Contagem Populacional serão objetos de contratações separadas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no PCA 2026 da UASG 114626 (SES/MT/IBGE).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação do sistema proposto, é possível almejar o alcance das seguintes vantagens:

- Eliminar o uso de suprimento de fundos ou diversos contratos individualizados com postos de combustíveis locais;
- Flexibilidade e Extensão do horário de abastecimento, pois se poderá contar com uma ampla rede de postos, dispersa em todo o Estado de Mato Grosso, com abastecimento funcionando todos os dias da semana;
- Simplificação dos procedimentos e das rotinas de controle dos abastecimentos através de sistema informatizado, proporcionando agilidade nos procedimentos, obtenção de informações da frota em tempo hábil, via Internet, para fiscalização e tomada de decisões corretivas;
- Modernização dos controles, precisão das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados;
- Gestão do gerenciamento e controle do abastecimento de veículos por meio de um único contrato;
- Maior controle nos custos e segurança na administração das despesas;
- Emissão de relatórios completos de consumo médio de cada veículo com informações o abastecimento.
- Gerenciamento completo via internet com acesso restrito;
- Pesquisa de preços, em função da variedade de postos credenciados;
- Simplicidade operacional e maximização de resultados com menor uso de pessoal;
- Segurança através de senha eletrônica;
- Maior controle de pagamento e maior facilidade na fiscalização e gestão do contrato;
- Permite controles administrativos, tais como, monitoramento de autonomia;
- Determinação de limitadores de valores e de serviços, de acordo com a necessidade do gestor ou fiscal do contrato;
- Pagamento de múltiplos fornecedores, com o devido recolhimento dos tributos, por meio de um único fornecedor, ou seja, por meio de uma única fatura.

13. Providências a serem Adotadas

Após a realização do pregão, adjudicação e homologação para a empresa vencedora e assinatura do contrato deverão ser adotadas medidas imediatas para abastecimento, tais e quais e sem se limitar somente às elencadas abaixo:

- Fornecimento da rede credenciada, que deverá atender o quantitativo exigido pelo IBGE;
- Cadastramento dos veículos, dos fiscais/gestores, motoristas, usuários etc.;
- Fornecimento e cadastramento de senha para fiscais/gestores, bem como, de senhas para motoristas e usuários;
- Fornecimento de dispositivos virtuais ou físicos (cartões) de abastecimento para cada veículo, incluindo cartões reservas (tipo de cartão que permita o abastecimento de qualquer veículo da frota do IBGE);
- Treinamento dos usuários (fiscais técnicos e gestores) quanto ao uso do sistema de gerenciamento de combustíveis;
- Comunicação aos usuários, em especial aos chefes de agências, quanto aos dados da empresa contratada, procedimentos a serem adotados e responsabilidades.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A CONTRATADA deverá ter conhecimento e seguir as orientações constantes em legislações e demais orientações pertinentes à sustentabilidade ambiental no setor em que atua, devendo observar, dentre outros, os seguintes normativos:

- Instrução Normativa IN SLTI-MPOG nº01/2010;
- Guia nacional de licitações sustentáveis da Controladoria Geral da União (CGU/AGU);
- Lei nº12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decreto 10.936, de 2022;
- Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005;
- Resolução nº 804, de 2019 da ANP

A contratada será responsabilizada por quaisquer de seus credenciados que venham a causar prejuízo à Contratante em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas, por falta de cumprimento de normas ambientais, bem como, por normas determinadas pela ANP – Agência Nacional do Petróleo.

As empresas que se dedicam ao gerenciamento de fornecimento de combustíveis assumem o risco, quando selecionam para a sua rede de credenciados, outras empresas em desacordo com as normas legais. Nesse sentido, faz-se necessário que, ao cadastrar os postos em sua rede credenciada, a contratada verifique o cumprimento dos requisitos estabelecidos na NBR 13784 da ABNT, que normatiza detecção de vazamento, na NBR 12235 da ABNT, que normatiza o armazenamento dos resíduos gerados pela atividade e NBR 10004 da ABNT, que dispõe sobre embalagens de produtos considerados perigosos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o exposto no presente Estudo, a equipe de planejamento declara a viabilidade da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DOUGLAS ADRIAN DE ALMEIDA PORTELA FERREIRA COELHO

Equipe de Planejamento

BRENO MARTINS BARROS

Equipe de Planejamento

PEDRO HENRIQUE DE PAIVA ARTUR

Equipe de Planejamento

FRANCISCO VIEIRA DA SILVA

Equipe de Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I do ETP - LISTA UNIDADES.pdf (37.39 KB)
- Anexo II - ANEXO II do ETP - PESQUISAS SES.pdf (2.08 MB)
- Anexo III - ANEXO III do ETP - BCB IPCA.pdf (51.6 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV do ETP - PREÇOS ANP MT 2026.pdf (550.08 KB)



Documento assinado eletronicamente por PEDRO HENRIQUE DE PAIVA ARTUR, Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas, em 13 de Abril de 2026, às 14:38:04, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 6118291885602616582 e o código CRC 26C78002.



Documento assinado eletronicamente por BRENO MARTINS BARROS, Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas, em 13 de Abril de 2026, às 14:52:19, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 2812573824611171444 e o código CRC 675C023E.



Documento assinado eletronicamente por FRANCISCO VIEIRA DA SILVA, Chefe de Agência Nível II, em 14 de Abril de 2026, às 09:33:55, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 1788076170055169695 e o código CRC 9E0E254F.



Documento assinado eletronicamente por DOUGLAS ADRIAN DE ALMEIDA PORTELA FERREIRA COELHO, Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas, em 14 de Abril de 2026, às 09:40:14, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 3035831617506134318 e o código CRC 63071022.

ANEXO I do ETP	
UNIDADE/AGÊNCIA	LISTA DE MUNICÍPIOS
ÁGUA BOA	5100201 - ÁGUA BOA / 5102603 - CAMPINÁPOLIS / 5102702 - CANARANA / 5106174 - NOVA NAZARÉ / 5106257 - NOVA XAVANTINA / 5107065 - QUERÊNCIA / 5107180 - RIBEIRÃO CASCALHEIRA /
ALTA FLORESTA	5100250 - ALTA FLORESTA / 5100805 - APIACÁS / 5102793 - CARLINDA / 5103205 - COLÍDER / 5106158 - NOVA BANDEIRANTES / 5106216 - NOVA CANAÃ DO NORTE / 5106299 - PARANAÍTA / 5108808 - NOVA GUARITA / 5108956 - NOVA MONTE VERDE /
ALTO ARAGUAIA	5100300 - ALTO ARAGUAIA / 5100409 - ALTO GARÇAS / 5100607 - ALTO TAQUARI / 5101209 - ARAGUAINHA / 5106703 - PONTE BRANCA / 5107198 - RIBEIRÃOZINHO /
BARRA DO BUGRES	5101704 - BARRA DO BUGRES / 5101902 - BRASNORTE / 5102637 - CAMPO NOVO DO PARECIS / 5103452 - DENISE / 5106232 - NOVA OLÍMPIA / 5106851 - PORTO ESTRELA / 5107263 - SANTO AFONSO / 5107875 - SAPEZAL / 5107958 - TANGARÁ DA SERRA /
BARRA DO GARÇAS	5101001 - ARAGUAIANA / 5101803 - BARRA DO GARÇAS / 5103106 - COCALINHO / 5103908 - GENERAL CARNEIRO / 5106281 - NOVO SÃO JOAQUIM / 5106653 - PONTAL DO ARAGUAIA / 5108204 - TORIXORÉU /
CÁCERES	5101258 - ARAPUTANGA / 5102504 - CÁCERES / 5103437 - CURVELÂNDIA / 5103957 - GLÓRIA D'OESTE / 5104500 - INDIAVAÍ / 5105234 - LAMBARI D'OESTE / 5105622 - MIRASSOL D'OESTE / 5106828 - PORTO ESPERIDIÃO / 5107107 - SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS / 5107156 - RESERVA DO CABAÇAL / 5107206 - RIO BRANCO / 5107750 - SALTO DO CÉU /
CONFRESA	5102694 - CANABRAVA DO NORTE / 5103353 - CONFRESA / 5106778 - PORTO ALEGRE DO NORTE / 5107354 - SÃO JOSÉ DO XINGU / 5107743 - SANTA CRUZ DO XINGU / 5107776 - SANTA TEREZINHA / 5108600 - VILA RICA /
CUIABÁ 1	5100102 - ACORIZAL / 5101605 - BARÃO DE MELGAÇO / 5103007 - CHAPADA DOS GUIMARÃES / 5103403 - CUIABÁ / 5103858 - GAÚCHA DO NORTE / 5106208 - NOVA BRASILÂNDIA / 5106307 - PARANATINGA / 5106455 - PLANALTO DA SERRA / 5107800 - SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER /
CUIABÁ 2	5104906 - JANGADA / 5105903 - NOBRES / 5106109 - NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO / 5106505 - POCONÉ / 5107701 - ROSÁRIO OESTE / 5108402 - VÁRZEA GRANDE /
JUÍNA	5101407 - ARIPUANÃ / 5102850 - CASTANHEIRA / 5103254 - COLNIZA / 5103379 - COTRIGUAÇU / 5105150 - JUÍNA / 5105176 - JURUENA /
NORTELÂNDIA	5100508 - ALTO PARAGUAI / 5101308 - ARENÁPOLIS / 5103502 - DIAMANTINO / 5106000 - NORTELÂNDIA / 5107305 - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO / 5108857 - NOVA MARILÂNDIA / 5108907 - NOVA MARINGÁ /
PONTES E LACERDA	5102686 - CAMPOS DE JÚLIO / 5103304 - COMODORO / 5103361 - CONQUISTA D'OESTE / 5103809 - FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE / 5105002 - JAURU / 5105507 - VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE / 5106182 - NOVA LACERDA / 5106752 - PONTES E LACERDA / 5107578 - RONDOLÂNDIA / 5108352 - VALE DE SÃO DOMINGOS /
RONDONÓPOLIS	5102678 - CAMPO VERDE / 5103601 - DOM AQUINO / 5104203 - GUIRATINGA / 5104609 - ITIQUIRA / 5104807 - JACIARA / 5105200 - JUSCIMEIRA / 5106372 - PEDRA PRETA / 5107008 - POXORÉU / 5107040 - PRIMAVERA DO LESTE / 5107297 - SÃO JOSÉ DO POVO / 5107404 - SÃO PEDRO DA CIPA / 5107602 - RONDONÓPOLIS / 5107792 - SANTO ANTÔNIO DO LESTE / 5108105 - TESOURO /
SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	5100359 - ALTO BOA VISTA / 5101852 - BOM JESUS DO ARAGUAIA / 5105309 - LUCIARA / 5106315 - NOVO SANTO ANTÔNIO / 5107859 - SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA / 5107883 - SERRA NOVA DOURADA /
SINOP	5103056 - CLÁUDIA / 5104104 - GUARANTÃ DO NORTE / 5104559 - ITAÚBA / 5105101 - JUARA / 5105580 - MARCELÂNDIA / 5105606 - MATUPÁ / 5106190 - NOVA SANTA HELENA / 5106265 - NOVO MUNDO / 5106273 - NOVO HORIZONTE DO NORTE / 5106422 - PEIXOTO DE AZEVEDO / 5106802 - PORTO DOS GAÚCHOS / 5107248 - SANTA CARMEM / 5107909 - SINOP / 5107941 - TABAPORÃ / 5108055 - TERRA NOVA DO NORTE / 5108303 - UNIÃO DO SUL /
SORRISO	5101837 - BOA ESPERANÇA DO NORTE / 5103700 - FELIZ NATAL / 5104526 - IPIRANGA DO NORTE / 5104542 - ITANHANGÁ / 5105259 - LUCAS DO RIO VERDE / 5106224 - NOVA MUTUM / 5106240 - NOVA UBIRATÁ / 5107768 - SANTA RITA DO TRIVELATO / 5107925 - SORRISO / 5108006 - TAPURAH / 5108501 - VERA /

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Ana Luisa Azevedo de Albuquerque <ana-luisa.azevedo@ibge.gov.br>

Data Seg, 30/03/2026 09:58

Para Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>; 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Bom dia.

Seguem dados do processo da SES/AL:

Processo: 03627.000106/2025-09

Contratada: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda

CNPJ: 05.340.639/0001-30

Taxa de Administração: 0

Taxa de Desconto: Variável, foi diferente por combustível

Atenciosamente,

Ana Luísa Azevedo de Albuquerque

Seção de Recursos Materiais

SES IBGE Alagoas/SRM

Tel: (82) 2123-4218

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 09:20

Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:

Contratada:

CNPJ:

Taxa de Administração:

Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas

Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT

Seção de Recursos Materiais – SRM/MT

E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br

<https://www.ibge.gov.br/>

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Antonia Francisca Costa Fonseca <antonia.fonseca@ibge.gov.br>

Data Ter, 31/03/2026 09:55

Para Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Douglas, bom dia

Seguem nossos dados:

- Empresa Contratada: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA
- CNPJ: 12.039.966/0001-11
- Valor do Contrato: R\$ 451.514,51
- Taxa de Administração: 0,00%
- Descontos: 4,75% nos 3 tipos de combustível
- Informações relevantes: O prazo do contrato é por 20 meses e contempla abastecimento de gasolina, alcool e diesel S10.

Acrescento que estamos instruindo a adesão numa Ata de registro de preços pois nosso saldo está próximo do fim com essa elevação do preço dos combustíveis.

Atenciosamente

Antonia Francisca Costa Fonseca

Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE

Superintendência Estadual do Amazonas (SES/AM)

Seção de Recursos Materiais (SRM)

Rua Nova Palma, n. 200 (esquina com av. João Valério), Conjunto Vieir Alves - Bairro Nossa Senhora das Graças - CEP 69053-578 - Manaus/AM

Nossa Missão: ["Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania"](#)

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 08:20

Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:

Contratada:

CNPJ:

Taxa de Administração:

Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas

Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT

Seção de Recursos Materiais – SRM/MT

E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br

<https://www.ibge.gov.br/>

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Silton Leonardo Paiva Nunes <silton.paiva@ibge.gov.br>
Data Ter, 31/03/2026 06:52
Para Bernardo Miranda Cobucci Silva <bernardo.silva@ibge.gov.br>; Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>; 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Bom dia!

SES/RS
Processo: 20883.00000685/2022-49
Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda EPP
CNPJ: 05.340.639/0001-30
Taxa de Administração: 0%
Taxa de Desconto: 5,1%

At.te,
Silton Leonardo Paiva Nunes | SIAPE: 1373101
Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas
SES/RS – GRM | Gestor de Frota



De: Bernardo Miranda Cobucci Silva <bernardo.silva@ibge.gov.br>
Enviado: terça-feira, 31 de março de 2026 07:23
Para: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>; 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>
Assunto: RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Prezado Douglas,

Seguem os dados referentes à SES BA:

os dados:

Objeto	Combustíveis
Processo	03629.000380/2024-79
Nome da Empresa	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ	05.340.639/0001-30
Taxa de administração	0%
Desconto – etanol	4,93%
Desconto – diesel	4,79%
Desconto – gasolina	4,72%

À disposição,

Bernardo M C Silva
IBGE Bahia
Gerência de RM

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>
Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 09:20
Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>
Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:
Contratada:
CNPJ:
Taxa de Administração:
Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas

Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT

Seção de Recursos Materiais – SRM/MT

E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br

<https://www.ibge.gov.br/>

Nossa missão: Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Kellen Karolline Ribeiro Batista <kellen.batista@ibge.gov.br>

Data Seg, 30/03/2026 14:01

Para Denys Rochester Sousa da Frota <denys.frota@ibge.gov.br>; Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>; 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Boa tarde,

Seguem os dados da SES/TO:

Processo: 0020720.00000428/2022-10

Contratada: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda EPP

CNPJ: 05.340.639/0001-30

Taxa de Administração: 0%

Taxa de Desconto: 4,75%

Atenciosamente.

Kellen Batista

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / SES/TO - SRM
Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas
+55 62 98260-3007
kellen.batista@ibge.gov.br

De: Denys Rochester Sousa da Frota <denys.frota@ibge.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 14:16

Para: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>; 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Assunto: RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Boa tarde Douglas,

Seguem os dados da SES/CE:

Processo: 03623.000187/2023-15

Contratada: Bamex Consultoria em Gestão Empresarial Ltda.

CNPJ: 28.008.410/0001-06

Taxa de Administração: 0%

Taxa de Desconto: 4,78%

Atenciosamente,

Denys Rochester Sousa da Frota
Gerente de Recursos Materiais - IBGE/SES/CE
Siape: 1547619
Fone: (85) 3771-1928 / (85) 99102-2943

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 09:20

Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:

Contratada:

CNPJ:

Taxa de Administração:

Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas

Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT

Seção de Recursos Materiais – SRM/MT

E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br

<https://www.ibge.gov.br/>

Nossa missão: Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Dionísio dos Santos Pereira Junior <dionisio.s.junior@ibge.gov.br>
Data Seg, 30/03/2026 14:50
Para Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Prezado Douglas Coelho,

Segue dados da SES/MA.

Permaneço à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

DIONÍSIO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR

GERENTE DE RECURSOS MATERIAIS

IBGE/SES/MA-GRM

(98) 988-955-017

Rua Nazaré, 49 - Centro, São Luís - MA, 65010-410

<https://www.ibge.gov.br>

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 09:20

Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo: 03621.000022/2023-55

Contratada: GOLDI SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA

CNPJ: 20.217.208/0001-74

Taxa de Administração: R\$ 0,00

Taxa de Desconto: 8,00%

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas

Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT

Seção de Recursos Materiais – SRM/MT

E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br

<https://www.ibge.gov.br/>

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Rafael Junio Andrade Alves <rafael-junio.alves@ibge.gov.br>
Data Ter, 31/03/2026 06:39
Para Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Bom dia.
Seguem as informações


Processo: 03631.000133/2024-23
Contratada: TICKET SOLUCOES HDFGT S/A
CNPJ: 03.506.307/0001-57
Taxa de Administração: 0,0
Taxa de Desconto: 0,0

Lote/ Grupo 1	Item	Descrição do item	Catmat/ Catser	Unidade de Medida	Quant. Anual Estimada	Valor médio por litro (R\$) - ANP * Correção de 1,04496	% de desconto a ser aplicado sobre o preço por litro – ANP	Preço por litro após aplicação do percentual de desconto (R\$)	Valor total Estimado Anual após percentual de desconto (R\$)
	1	Gasolina Comum - Combustível veículo (Atividades de Rotina)	BR0461506	Litros	19.699	6,08	4,55%	R\$ 5,8034	R\$ 342.963,5298
	2	Álcool Etílico Hidratado, combustível (Atividades de Rotina)	BR0150371	Litros	178.150	3,84	4,55%	R\$ 3,6653	R\$ 1.958.919,5850
	3	Óleo Diesel, Combustível (Atividades de Rotina)	BR0461552	Litros	10.111	6,25	4,55%	R\$ 5,9657	R\$ 180.957,5781
	4	Gasolina Comum - Combustível Veículo (Censo AGRO)	BR0461506	Litros	2.400	6,08	4,55%	R\$ 5,8034	R\$ 20.892,2400
	5	Álcool Etílico Hidratado, Combustível (Censo AGRO)	BR0150371	Litros	240.000	3,84	4,55%	R\$ 3,6653	R\$ 1.319.508,0000
	6	Óleo Diesel, Combustível (Censo AGRO)	BR0461552	Litros	6.240	6,25	4,55%	R\$ 5,9657	R\$ 55.838,9520
	SUBTOTAL 1 - TOTAL DOS ITENS 1 a 6								R\$ 3.879.079,8849
	7	Taxa de Administração							R\$0,00
SUBTOTAL 2 - TOTAL DO ITEM 13							R\$ 3.879.079,88		
VALOR ESTIMADO TOTAL ANUAL (SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2) R\$ 3.879.079,88 (três milhões oitocentos e setenta e nove mil e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos)									

At.te,

Rafael Junio Andrade Alves

Gerência de Recursos Materiais do IBGE em Minas Gerais – GRM/SES-MG
Contato telefônico: (31) 2105-2495

 [Fale comigo pelo Teams clicando aqui](#)
E-mail: rafael-junio.alves@ibge.gov.br
E-mail do setor: licitacoes.mg@ibge.gov.br

Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:

Contratada:

CNPJ:

Taxa de Administração:

Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas

Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT

Seção de Recursos Materiais – SRM/MT

E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br

<https://www.ibge.gov.br/>

Nossa missão: Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Bruno Noriyuki Abe Ogura <bruno.ogura@ibge.gov.br>
Data Ter, 31/03/2026 08:03
Para Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>
Cc Erico Vitorino Alves <erico.alves@ibge.gov.br>; Karla dos Santos Carneiro Barbosa <karla.barbosa@ibge.gov.br>; Ana Claudia Silva Barbosa <ana.barbosa@ibge.gov.br>

Bom dia,

Seguem dados da SES/MS:

Processo: 03650.000049/2025-62
Contratada: S.H Informática LTDA
CNPJ: 06.048.539/0001-05
Taxa de Administração: 0,0001%
Taxa de Desconto: 5,41%

Atenciosamente,

Bruno Noriyuki Abe Ogura
Técnico em Informações Geográficas e Estatística
IBGE - SES/MS - Seção de Recursos Materiais

De: Ana Claudia Silva Barbosa <ana.barbosa@ibge.gov.br>
Enviado: terça-feira, 31 de março de 2026 06:54
Para: Bruno Noriyuki Abe Ogura <bruno.ogura@ibge.gov.br>
Cc: Erico Vitorino Alves <erico.alves@ibge.gov.br>; Karla dos Santos Carneiro Barbosa <karla.barbosa@ibge.gov.br>
Assunto: Fw: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom dia!

Por favor, responder o colega do MT.

Atenciosamente,

Obter o [Outlook para iOS](#)

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>
Enviado: segunda-feira, março 30, 2026 8:20 AM
Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>
Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:
Contratada:
CNPJ:
Taxa de Administração:
Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas
Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT
Seção de Recursos Materiais – SRM/MT
E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br
<https://www.ibge.gov.br/>

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Julia Brandao Teixeira de Freitas <julia.freitas@ibge.gov.br>
Data Seg, 30/03/2026 16:38
Para Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>
Cc 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Boa tarde, Douglas.

Seguem os dados do contrato da SES/RJ:

Processo: 0020870.00000193/2021-57
Contratada: Ticket Soluções HDFGT S.A.
CNPJ: 03.506.307/0001-57
Taxa de Administração: 0
Taxa de Desconto: 4,7%

Atenciosamente,

Julia Brandão Teixeira de Freitas
Técnica de Informações Geográficas e Estatísticas
(21) 2142-4808 / 99884-4379
julia.freitas@ibge.gov.br
Gerência de Recursos Materiais
Superintendência Estadual do IBGE no Rio de Janeiro - SES/RJ

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>
Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 09:20
Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>
Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:
Contratada:
CNPJ:
Taxa de Administração:
Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas
Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT
Seção de Recursos Materiais – SRM/MT
E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br
<https://www.ibge.gov.br/>

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)

Dados informados

Data inicial	03/2025
Data final	02/2026
Valor nominal	R\$ 1,00 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,03812500
Valor percentual correspondente	3,812500 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1,04 (REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA
LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL
COMBUSTÍVEL: TODOS
TIPO RELATÓRIO: ESTADOS

OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO 'ÓLEO DIESEL' SE REFERE AO ÓLEO DIESEL B S500 COMUM.

DATA INICIAL	DATA FINAL	REGIAO	ESTADOS	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	ACRE	ETANOL HIDRATADO	14	R\$/l	5,39	0,423	5,07	6,30	0,078
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	ETANOL HIDRATADO	45	R\$/l	5,15	0,206	4,99	5,70	0,040
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	ETANOL HIDRATADO	38	R\$/l	5,60	0,088	5,35	5,79	0,016
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	ETANOL HIDRATADO	213	R\$/l	5,45	0,351	4,90	6,39	0,064
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	ETANOL HIDRATADO	128	R\$/l	5,44	0,232	4,87	6,19	0,043
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	ETANOL HIDRATADO	23	R\$/l	5,15	0,134	4,55	5,22	0,026
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	ETANOL HIDRATADO	52	R\$/l	4,98	0,244	4,59	5,89	0,049
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	GOIAS	ETANOL HIDRATADO	158	R\$/l	4,55	0,358	3,95	5,29	0,079
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	MARANHAO	ETANOL HIDRATADO	51	R\$/l	5,16	0,395	4,98	6,19	0,076
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	ETANOL HIDRATADO	68	R\$/l	4,64	0,165	3,99	4,89	0,036
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	ETANOL HIDRATADO	35	R\$/l	4,44	0,250	4,15	5,17	0,056
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	ETANOL HIDRATADO	448	R\$/l	4,81	0,178	4,19	5,55	0,037
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	PARA	ETANOL HIDRATADO	37	R\$/l	5,08	0,343	4,61	5,85	0,067
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	ETANOL HIDRATADO	56	R\$/l	4,67	0,178	4,45	5,30	0,038
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	ETANOL HIDRATADO	271	R\$/l	4,83	0,266	4,09	5,29	0,055
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	ETANOL HIDRATADO	170	R\$/l	5,67	0,400	4,20	6,59	0,071
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PIAUÍ	ETANOL HIDRATADO	42	R\$/l	5,05	0,180	4,65	5,49	0,036
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	ETANOL HIDRATADO	257	R\$/l	5,15	0,242	3,99	5,89	0,047
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	ETANOL HIDRATADO	41	R\$/l	5,85	0,232	5,29	6,32	0,040
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	ETANOL HIDRATADO	145	R\$/l	5,21	0,362	4,68	6,56	0,069
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RODONIA	ETANOL HIDRATADO	29	R\$/l	5,67	0,154	5,34	5,99	0,027
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RORAIMA	ETANOL HIDRATADO	7	R\$/l	5,53	0,053	5,49	5,59	0,010
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	ETANOL HIDRATADO	108	R\$/l	5,04	0,251	4,53	5,79	0,050
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	ETANOL HIDRATADO	1226	R\$/l	4,54	0,293	3,79	5,99	0,064
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	ETANOL HIDRATADO	23	R\$/l	5,09	0,068	5,05	5,29	0,013
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	TOCANTINS	ETANOL HIDRATADO	37	R\$/l	5,48	0,246	4,85	6,03	0,045
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	ACRE	GASOLINA ADITIVADA	15	R\$/l	7,52	0,403	6,99	8,50	0,054
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	GASOLINA ADITIVADA	37	R\$/l	6,97	0,231	6,74	7,68	0,033
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	GASOLINA ADITIVADA	47	R\$/l	7,63	0,558	7,24	9,29	0,073
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	GASOLINA ADITIVADA	172	R\$/l	7,58	0,296	6,79	8,25	0,039
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	GASOLINA ADITIVADA	122	R\$/l	7,13	0,221	6,45	7,49	0,031
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	GASOLINA ADITIVADA	42	R\$/l	6,64	0,268	6,15	7,79	0,040
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	GASOLINA ADITIVADA	64	R\$/l	6,77	0,223	6,27	7,49	0,033
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	GOIAS	GASOLINA ADITIVADA	103	R\$/l	6,58	0,239	6,09	7,28	0,036
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	MARANHAO	GASOLINA ADITIVADA	59	R\$/l	6,80	0,302	6,35	7,79	0,044
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	GASOLINA ADITIVADA	34	R\$/l	7,00	0,233	6,53	7,49	0,033
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	GASOLINA ADITIVADA	45	R\$/l	6,67	0,290	6,17	7,39	0,043
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	GASOLINA ADITIVADA	298	R\$/l	6,72	0,239	6,19	7,99	0,036
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	PARA	GASOLINA ADITIVADA	69	R\$/l	7,00	0,335	6,29	7,79	0,048
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	GASOLINA ADITIVADA	42	R\$/l	6,68	0,138	6,36	6,99	0,021
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	GASOLINA ADITIVADA	215	R\$/l	7,05	0,320	6,09	7,79	0,045
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	GASOLINA ADITIVADA	142	R\$/l	7,39	0,374	6,19	7,79	0,051
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PIAUÍ	GASOLINA ADITIVADA	44	R\$/l	6,90	0,287	6,39	7,39	0,042
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	GASOLINA ADITIVADA	271	R\$/l	6,97	0,291	6,19	8,19	0,042
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	GASOLINA ADITIVADA	37	R\$/l	7,28	0,263	6,49	7,69	0,036
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	GASOLINA ADITIVADA	307	R\$/l	6,85	0,249	6,27	7,79	0,036
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RODONIA	GASOLINA ADITIVADA	43	R\$/l	7,47	0,120	7,34	7,98	0,016
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RORAIMA	GASOLINA ADITIVADA	12	R\$/l	7,98	0,026	7,95	8,05	0,003
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	GASOLINA ADITIVADA	151	R\$/l	6,90	0,209	6,26	7,49	0,030
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	GASOLINA ADITIVADA	972	R\$/l	6,98	0,362	6,13	9,59	0,052
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	GASOLINA ADITIVADA	33	R\$/l	7,32	0,151	7,10	7,58	0,021
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	TOCANTINS	GASOLINA ADITIVADA	28	R\$/l	7,28	0,213	6,85	7,69	0,029
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	ACRE	GASOLINA COMUM	16	R\$/l	7,51	0,430	6,79	8,50	0,057
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	GASOLINA COMUM	54	R\$/l	6,82	0,231	6,59	7,39	0,034
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAPA	GASOLINA COMUM	3	R\$/l	6,48	0,105	6,38	6,59	0,016
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	GASOLINA COMUM	55	R\$/l	7,60	0,553	7,24	9,29	0,073
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	GASOLINA COMUM	244	R\$/l	7,43	0,288	6,57	7,99	0,039
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	GASOLINA COMUM	140	R\$/l	6,97	0,188	6,33	7,39	0,027
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	GASOLINA COMUM	49	R\$/l	6,52	0,176	6,15	6,79	0,027
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	GASOLINA COMUM	74	R\$/l	6,59	0,188	6,27	7,19	0,029
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	GOIAS	GASOLINA COMUM	163	R\$/l	6,39	0,236	5,89	6,89	0,037
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	MARANHAO	GASOLINA COMUM	95	R\$/l	6,65	0,319	6,09	7,59	0,048
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	GASOLINA COMUM	69	R\$/l	6,81	0,193	6,49	7,23	0,028
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	GASOLINA COMUM	58	R\$/l	6,51	0,277	6,15	7,19	0,043
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	GASOLINA COMUM	472	R\$/l	6,49	0,205	5,90	7,29	0,032
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	PARA	GASOLINA COMUM	99	R\$/l	6,84	0,301	6,45	7,99	0,044
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	GASOLINA COMUM	66	R\$/l	6,51	0,177	6,24	6,98	0,027
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	GASOLINA COMUM	269	R\$/l	6,94	0,268	6,09	7,99	0,039
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	GASOLINA COMUM	193	R\$/l	7,21	0,386	6,09	7,99	0,053
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PIAUÍ	GASOLINA COMUM	59	R\$/l	6,72	0,188	6,30	6,99	0,028

22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	GASOLINA COMUM	301	R\$/l	6,76	0,312	5,69	7,99	0,046
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	GASOLINA COMUM	41	R\$/l	7,17	0,318	6,49	7,59	0,044
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	GASOLINA COMUM	323	R\$/l	6,66	0,232	5,93	7,57	0,035
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RONDONIA	GASOLINA COMUM	46	R\$/l	7,40	0,129	7,09	7,96	0,017
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RORAIMA	GASOLINA COMUM	12	R\$/l	7,90	0,000	7,90	7,90	0,000
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	GASOLINA COMUM	163	R\$/l	6,78	0,174	6,26	7,29	0,026
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	GASOLINA COMUM	1241	R\$/l	6,69	0,282	5,77	9,39	0,042
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	GASOLINA COMUM	40	R\$/l	7,22	0,083	7,10	7,29	0,011
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	TOCANTINS	GASOLINA COMUM	44	R\$/l	7,12	0,220	6,46	7,79	0,031
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	ACRE	GLP	25	R\$/13kg	123,52	6,305	110,00	133,00	0,051
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	GLP	46	R\$/13kg	104,33	7,281	84,99	120,00	0,070
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAPA	GLP	12	R\$/13kg	121,47	8,656	110,00	137,00	0,071
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	GLP	76	R\$/13kg	125,43	5,019	118,00	143,00	0,040
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	GLP	157	R\$/13kg	112,35	13,664	87,99	150,00	0,122
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	GLP	68	R\$/13kg	118,37	6,029	97,00	129,00	0,051
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	GLP	34	R\$/13kg	102,49	6,351	87,99	112,00	0,062
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	GLP	60	R\$/13kg	99,41	6,141	87,99	119,99	0,062
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	GOIAS	GLP	148	R\$/13kg	111,24	9,595	85,00	133,00	0,086
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	MARANHAO	GLP	80	R\$/13kg	117,91	6,440	105,00	130,00	0,055
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	GLP	75	R\$/13kg	121,71	12,129	94,99	145,00	0,100
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	GLP	66	R\$/13kg	115,59	10,883	97,00	145,00	0,094
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	GLP	377	R\$/13kg	107,77	11,045	84,90	145,00	0,102
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	PARA	GLP	71	R\$/13kg	114,16	12,371	79,99	134,00	0,108
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	GLP	58	R\$/13kg	105,97	5,748	89,99	120,00	0,054
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	GLP	232	R\$/13kg	105,66	8,839	85,00	140,00	0,084
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	GLP	131	R\$/13kg	99,09	9,324	88,00	130,00	0,094
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PIAUI	GLP	47	R\$/13kg	108,74	6,441	100,00	127,99	0,059
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	GLP	190	R\$/13kg	98,92	12,768	79,99	146,99	0,129
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	GLP	38	R\$/13kg	108,42	8,397	92,00	130,00	0,077
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	GLP	264	R\$/13kg	114,51	9,284	93,00	150,00	0,081
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RONDONIA	GLP	47	R\$/13kg	125,39	10,266	109,00	150,00	0,082
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RORAIMA	GLP	22	R\$/13kg	141,72	6,692	130,00	156,00	0,047
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	GLP	90	R\$/13kg	118,90	10,020	95,00	145,00	0,084
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	GLP	713	R\$/13kg	111,27	10,675	79,99	140,00	0,096
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	GLP	33	R\$/13kg	108,78	3,367	103,00	115,00	0,031
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	TOCANTINS	GLP	36	R\$/13kg	128,72	5,329	117,00	143,00	0,041
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	GNV	9	R\$/m³	4,59	0,200	4,59	5,19	0,044
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	GNV	2	R\$/m³	3,99	0,000	3,99	3,99	0,000
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	GNV	13	R\$/m³	4,08	0,496	3,95	5,79	0,121
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	GNV	8	R\$/m³	5,15	0,332	5,15	6,09	0,064
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	GNV	11	R\$/m³	4,02	0,296	3,98	4,98	0,074
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	GNV	1	R\$/m³	3,99	0,000	3,99	3,99	0,000
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	GNV	1	R\$/m³	4,59	0,000	4,59	4,59	0,000
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	GNV	6	R\$/m³	4,99	0,251	4,74	5,45	0,050
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	GNV	8	R\$/m³	4,86	0,171	4,79	5,21	0,035
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	GNV	6	R\$/m³	4,59	0,263	4,19	4,99	0,057
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	GNV	27	R\$/m³	4,19	0,038	4,19	4,39	0,009
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	GNV	148	R\$/m³	4,24	0,498	3,79	6,49	0,117
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	GNV	3	R\$/m³	5,29	0,115	5,09	5,29	0,022
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	GNV	19	R\$/m³	5,11	0,295	4,59	5,81	0,058
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	GNV	22	R\$/m³	4,67	0,253	4,49	5,46	0,054
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	GNV	43	R\$/m³	4,10	0,374	3,77	5,29	0,091
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	GNV	5	R\$/m³	4,61	0,170	4,61	4,99	0,037
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	ACRE	OLEO DIESEL	15	R\$/l	7,92	0,382	7,39	8,75	0,048
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	OLEO DIESEL	8	R\$/l	7,68	0,773	6,79	8,88	0,101
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAPA	OLEO DIESEL	1	R\$/l	6,48	0,000	6,48	6,48	0,000
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	OLEO DIESEL	16	R\$/l	7,54	0,150	6,99	7,59	0,020
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	OLEO DIESEL	145	R\$/l	8,13	0,373	7,52	9,35	0,046
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	OLEO DIESEL	20	R\$/l	7,23	0,492	5,61	7,99	0,068
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	OLEO DIESEL	18	R\$/l	7,21	0,356	6,48	7,87	0,049
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	OLEO DIESEL	23	R\$/l	6,81	0,264	6,15	7,59	0,039
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	GOIAS	OLEO DIESEL	90	R\$/l	7,63	0,296	6,99	8,25	0,039
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	MARANHAO	OLEO DIESEL	41	R\$/l	7,43	0,224	6,85	7,78	0,030
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	OLEO DIESEL	40	R\$/l	7,45	0,307	6,94	8,89	0,041
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	OLEO DIESEL	24	R\$/l	7,11	0,334	6,59	7,89	0,047
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	OLEO DIESEL	236	R\$/l	7,30	0,341	6,49	7,99	0,047
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	PARA	OLEO DIESEL	47	R\$/l	7,50	0,336	6,85	8,29	0,045
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	OLEO DIESEL	25	R\$/l	6,89	0,244	6,39	7,30	0,035
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	OLEO DIESEL	128	R\$/l	7,42	0,340	6,19	8,60	0,046
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	OLEO DIESEL	7	R\$/l	7,77	0,186	7,49	7,99	0,024
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PIAUI	OLEO DIESEL	18	R\$/l	7,33	0,250	6,89	7,79	0,034
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	OLEO DIESEL	106	R\$/l	7,28	0,424	5,99	8,62	0,058
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	OLEO DIESEL	22	R\$/l	7,31	0,204	6,99	7,59	0,028
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	OLEO DIESEL	185	R\$/l	7,41	0,361	6,76	8,84	0,049
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RONDONIA	OLEO DIESEL	32	R\$/l	7,35	0,345	6,73	7,94	0,047
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RORAIMA	OLEO DIESEL	11	R\$/l	7,76	0,047	7,65	7,82	0,006
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	OLEO DIESEL	54	R\$/l	7,51	0,334	6,99	8,27	0,044
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	OLEO DIESEL	406	R\$/l	7,46	0,389	5,47	8,79	0,052
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	OLEO DIESEL	17	R\$/l	7,43	0,244	7,13	7,99	0,033
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	TOCANTINS	OLEO DIESEL	25	R\$/l	7,68	0,284	7,34	8,49	0,037

Planilha1											
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	ACRE	OLEO DIESEL S10	12	R\$/l	8,18	0,456	7,44	9,27	0,056
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	OLEO DIESEL S10	21	R\$/l	7,04	0,462	6,49	8,23	0,066
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAPA	OLEO DIESEL S10	2	R\$/l	7,32	0,283	7,12	7,52	0,039
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	OLEO DIESEL S10	43	R\$/l	7,56	0,656	6,99	9,29	0,087
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	OLEO DIESEL S10	178	R\$/l	8,18	0,388	6,99	9,35	0,047
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	OLEO DIESEL S10	132	R\$/l	7,10	0,333	6,10	7,99	0,047
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	OLEO DIESEL S10	19	R\$/l	7,64	0,612	6,75	8,73	0,080
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	OLEO DIESEL S10	42	R\$/l	6,89	0,237	6,39	7,69	0,034
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	GOIAS	OLEO DIESEL S10	131	R\$/l	7,63	0,307	6,59	8,50	0,040
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	MARANHAO	OLEO DIESEL S10	76	R\$/l	7,42	0,243	6,96	8,09	0,033
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	OLEO DIESEL S10	44	R\$/l	7,61	0,293	7,19	8,91	0,039
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	OLEO DIESEL S10	25	R\$/l	7,26	0,420	6,21	8,09	0,058
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	OLEO DIESEL S10	336	R\$/l	7,50	0,326	6,49	8,29	0,043
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	PARA	OLEO DIESEL S10	69	R\$/l	7,53	0,411	6,75	8,63	0,055
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	OLEO DIESEL S10	44	R\$/l	7,02	0,280	6,29	7,85	0,040
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	OLEO DIESEL S10	188	R\$/l	7,69	0,320	6,29	8,90	0,042
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	OLEO DIESEL S10	169	R\$/l	7,11	0,310	6,68	8,28	0,044
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PIAUI	OLEO DIESEL S10	42	R\$/l	7,59	0,360	5,90	7,99	0,047
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	OLEO DIESEL S10	193	R\$/l	7,39	0,466	5,69	8,99	0,063
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	OLEO DIESEL S10	38	R\$/l	7,35	0,189	6,99	7,77	0,026
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	OLEO DIESEL S10	219	R\$/l	7,52	0,350	6,69	8,84	0,046
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RONDONIA	OLEO DIESEL S10	41	R\$/l	7,51	0,297	6,86	7,99	0,040
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RORAIMA	OLEO DIESEL S10	11	R\$/l	7,81	0,035	7,80	7,90	0,004
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	OLEO DIESEL S10	104	R\$/l	7,64	0,361	6,98	8,39	0,047
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	OLEO DIESEL S10	789	R\$/l	7,67	0,349	6,19	9,99	0,045
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	OLEO DIESEL S10	10	R\$/l	7,20	0,173	7,13	7,69	0,024
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	TOCANTINS	OLEO DIESEL S10	38	R\$/l	7,82	0,247	7,48	8,49	0,032

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MATO GROSSO

Estudo Técnico Preliminar 1/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 03651.000085/2026-05

2. Descrição da necessidade

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE tem como missão institucional “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”. Para o adequado cumprimento desta missão, a instituição realiza pesquisas diversas (conjunturais, estruturais, econômicas, sociodemográficas, agropecuária, dentre outras), as quais exigem inúmeros deslocamentos diários dos servidores.

Tais deslocamentos para as diversas pesquisas do IBGE, são predominantemente efetivadas mediante a utilização dos veículos próprios e locados hoje disponíveis e que necessitam continuamente de abastecimentos. Para tanto, faz-se necessária a aquisição contínua e dispersa de combustíveis dos tipos: Álcool (Etanol), Gasolina e Diesel.

Em razão de sua atuação capilarizada pelo Estado de Mato Grosso, as Agências de Pesquisas atuam em praticamente todos os municípios, sendo necessário que o abastecimento da frota possa ser realizado de forma ágil e descentralizada. Ademais, a disponibilização de sistema informatizado para o adequado controle da frota, traz importante ganho de qualidade a administração da frota de veículos. Nesse sentido, a contratação de uma empresa gerenciadora, que conte com rede de estabelecimentos credenciados, torna-se a alternativa mais viável para a continuidade do serviço público que presta o IBGE.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE EM MATO GROSSO	MILLANE CHAVES DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- Requisitos necessários ao atendimento da necessidade, **devendo a CONTRATADA** executar os serviços, conforme discriminado abaixo:
 - O início do serviço de abastecimento de combustíveis, em caráter contínuo e ininterrupto, dos veículos que compõem a frota do IBGE, em especial, mas não apenas, nos municípios e localidades relacionados no ANEXO I deste ETP, deverá ocorrer até o 10º (décimo) dia corrido após a assinatura do Contrato.
 - Os valores e quantidades estimados são apenas para fins de referência, **sendo que será faturado e pago o que efetivamente for consumido.**
 - A CONTRATADA deverá arcar, sem qualquer ônus adicional ao IBGE, com todas as despesas resultantes da prestação do serviço, bem como, do sistema de gerenciamento eletrônico, equipamentos, instalações, treinamento, deslocamentos de seus funcionários /representantes, manutenção, atualização, relatórios, dispositivos, cartões e outras decorrentes do serviço;
 - A CONTRATADA deverá disponibilizar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar da assinatura do contrato, o credenciamento dos postos de combustível conforme exigido pelo IBGE, os procedimentos, metodologias e tecnologias, fazendo a implantação do sistema integrado de gerenciamento de abastecimento, das unidades de abastecimento através do uso de tecnologia (dispositivo virtual ou físico) para pagamento, visando a um controle eletrônico do consumo de combustíveis.
 - Promover a implantação e gestão de sistema tecnológico, com metodologia de cadastramento dos veículos e dos gestores, bem como, controle da logística, possibilitando, em caráter contínuo e ininterrupto, a adequada fiscalização administrativa, financeira e operacional do contrato, contemplando:

- Lista atualizada da Rede Credenciada de estabelecimentos certificados pela ANP, operando de forma efetiva, contínua e ininterrupta para o fornecimento dos combustíveis;
- Identificação eletrônica do veículo para liberar o abastecimento automaticamente, minimizando a intervenção humana.
- Garantir que o combustível seja inserido apenas em veículos autorizados e cadastrados no sistema, respeitando o tipo de combustível permitido e os limites fixados pelo IBGE.
- Registro automático, em cada operação, do veículo, do usuário, da data e da hora do abastecimento, da identificação do posto de combustível, do volume abastecido e do odômetro do veículo;
- Gerenciamento do sistema por meio de senhas, com níveis de acesso diferenciados aos fiscais/gestores indicados pelo IBGE, sendo no mínimo três perfis;
- Informatização dos controles por meio de sistema integrado de gestão de frota, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam a fiscalização e o controle total dos gastos;
- Disponibilizar relatórios gerenciais e operacionais informatizados conforme exigido pelo IBGE;
- Efetuar o abastecimento dos veículos do IBGE de forma parcelada, obedecendo às normas da Agência Nacional de Petróleo – ANP, nos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, não se admitindo recusa do posto credenciado em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;
- Os combustíveis que apresentarem, nos casos comprovados pela fiscalização competente, densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição, bem como a presença de outras substâncias em percentuais além dos permitidos, serão recusados e deverão ser substituídos sem custo para o IBGE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da formalização da recusa;
- Para atender às excepcionalidades do IBGE, o sistema deverá possuir previsão para lançamento manual com autorização fornecida via telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, de forma a manter o abastecimento em caso de pane do sistema informatizado no local de abastecimento;
- Autorizar o abastecimento dos veículos conforme necessidades e metas de serviço, cuja periodicidade será acompanhada pelo IBGE, mediante o relatório gerencial emitido pela CONTRATADA, especialmente quanto à quilometragem e à litragem;
- O abastecimento indevido de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela CONTRATADA;
- Os abastecimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão suportadas pela CONTRATADA;
- Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá restringir o saldo de utilização mensal dos serviços a valor menor que o total de empenho do contrato ainda disponível e não utilizado, sendo terminantemente vedada a utilização de modelos de bloqueios por duodécimos ou frações do contrato, implicando a utilização desse tipo de restrição em aplicação imediata de penalização prevista nesta licitação, bem como será considerado descumprimento total do contrato.
- Além do disposto no tópico anterior, o valor disponível no sistema, para utilização, deverá ser sempre o valor do contrato menos o que foi efetivamente consumido.
- O bloqueio do uso do abastecimento de veículo deverá ser imediato, e somente poderá ser feito pela unidade do IBGE responsável pelo gerenciamento dos serviços;
- Todas as promoções e descontos propiciados pelos estabelecimentos de abastecimento deverão ser repassados ao IBGE;
- Cumprir o constante nos normativos, nas legislações e orientações aplicáveis ao objeto contratado.
- Admite-se a execução, na rede credenciada, de serviços emergenciais de lavagem, reposição de fluídos, óleos, equipamentos e reparos em pneus através do cartão de abastecimento devido ao fato de que os veículos do IBGE frequentemente são utilizados em deslocamento para cidades longínquas e de pequeno porte, onde não há oficinas credenciadas pelo contrato de manutenção veicular.
 - A utilização da funcionalidade descrita no item anterior possui caráter estritamente **excepcional e subsidiário**, podendo ser acionada **somente em caso de comprovado não atendimento ou impossibilidade logística pelo contrato de manutenção veicular**, e dependerá, obrigatoriamente, de **prévia, expressa e formal autorização da GEFROTA/MT** para cada ocorrência.
 - Nesses casos, a retenção de tributos respeitará a natureza fiscal do serviço realizado, mesmo que, do ponto de vista orçamentário, estejam sendo utilizados recursos destinados ao fornecimento de combustíveis.
- Dispositivo Virtual ou Físico (Cartões Eletrônicos/Magnéticos):

- A CONTRATADA deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional, 01 (um) dispositivo virtual ou físico (cartão com tecnologia eletrônica/magnética) para cada veículo da frota oficial da SES/MT durante toda a vigência contratual, que servirão de meio de pagamento e controle dos abastecimentos.
 - O quantitativo inicial será definido na data de assinatura do contrato, devendo a contratada suprir com agilidade e isenção de custos a demandas extras, independentemente de variações (acréscimos ou decréscimos) na quantidade de veículos.
 - A entrega dos dispositivos virtuais, deverá ocorrer 48 (quarenta e oito) horas após assinatura do contrato ou se físicos em até 05 (cinco) dias corridos, na sede do IBGE-SES/MT, em Cuiabá/MT.
- A CONTRATADA deverá fornecer, igualmente sem ônus adicional, dispositivos físicos (cartões) adicionais “reserva”, mediante simples solicitação da CONTRATANTE, para utilização em casos excepcionais (locações de outros veículos, troca de veículos, perda, roubo, danos, etc.). Tais cartões poderão ser associados a qualquer veículo e utilizados enquanto se gera o novo cartão definitivo.
- Com exceção dos modelos "reserva", os dispositivos devem possuir os dados mínimos de identificação de cada veículo e a identificação expressa do IBGE.
- Os dispositivos servirão como meio exclusivo de pagamento na rede credenciada, que deve estar devidamente equipada para processar as transações.
- A responsabilidade pelo reembolso dos postos de combustível é integralmente da CONTRATADA, inexistindo qualquer vínculo financeiro direto entre o IBGE e os estabelecimentos da rede.
- Em casos de dano, perda ou extravio, o IBGE efetuará o bloqueio via sistema ou comunicará o fato oficialmente à CONTRATADA (por e-mail ou telefone em caso de inoperância do sistema), sendo que a responsabilidade do IBGE por eventual uso indevido cessa imediatamente após a comunicação.
 - O IBGE desconsiderará qualquer transações e respectivos abastecimentos efetuados depois do bloqueio ou da comunicação suporte técnico da CONTRATADA.
 - A CONTRATADA deverá fornecer, sem custos adicionais, um novo dispositivo virtual em 48 (quarenta e oito) horas ou se físico em até 05 (cinco) dias corridos, na sede do IBGE-SES/MT, em Cuiabá/MT.
- No caso de impossibilidade de pagamento dos combustíveis através do dispositivo, a CONTRATADA deverá disponibilizar um sistema alternativo que garanta o pagamento do combustível. Nessas situações, o tempo de espera para a liberação do pagamento não poderá exceder 30 (trinta) minutos.
- Rede Credenciada:
 - A CONTRATADA deverá dispor, durante toda a vigência contratual, de ampla rede de estabelecimentos conveniados (postos, concessionárias, centros de abastecimentos de veículos), certificados pela ANP para o fornecimento de todos os combustíveis contratados, todos os sete dias da semana, sendo no mínimo:
 - Em todo o Estado de Mato Grosso, bem como, nos Estados contíguos, em especial nas cidades de Vilhena/RO, Cacoal/RO e Ji-Paraná/RO.
 - 05 (cinco) estabelecimentos conveniados no município da Sede da Superintendência Estadual do IBGE/MT, das Agências da Região Metropolitana e das Agências localizadas em cidades com população acima de 100.000 (cem mil) habitantes;
 - 03 (três) estabelecimentos conveniados nos municípios das demais Agências do IBGE no interior do Estado de Mato Grosso, conforme endereços listados no ANEXO I deste ETP;
 - Será dispensada esta exigência na situação em que comprovadamente não houver nos municípios o mínimo de estabelecimentos exigidos, situação em que será admitido o credenciamento de pelo menos um estabelecimento com todos os combustíveis.
 - A CONTRATADA deverá manter sempre atualizada a lista da rede credenciada, constando os estabelecimentos que efetivamente estejam aceitando o pagamento por dispositivo virtual ou físico fornecido pela CONTRATADA. sob risco de penalidade.
 - A CONTRATADA deverá indicar os horários de funcionamento dos estabelecimentos da Rede Credenciada, bem como, em destaque, aqueles que trabalham em sistema de 24 (vinte e quatro) horas.
 - A CONTRATADA deverá proceder o cadastro de novos estabelecimento à rede credenciada, mediante solicitação prévia do IBGE para atendimento no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da solicitação;

- O controle e a segurança dos sistemas de serviço deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
 - Garantir que somente veículos cadastrados/autorizados pelo IBGE realizem abastecimentos;
 - Validar o abastecimento mediante senha ou dispositivo de identificação individual do usuário, impedindo o uso por pessoas não cadastradas/autorizadas pelo IBGE.
 - O acesso a qualquer funcionalidade do software será restrito a servidores indicados pelo IBGE, mediante uso obrigatório de senhas individuais e válidas.
 - Sempre que houver necessidade deverá ser possível a troca de senha de acesso;
 - Efetuar o bloqueio de abastecimento de combustíveis dos veículos, imediatamente após solicitação do IBGE, o que somente poderá ser feito pelos representantes indicados pelo IBGE;
 - Permitir a autorização do abastecimento de combustíveis junto aos estabelecimentos da rede credenciada por meio de identificação eletrônica.
 - Permitir a captura de dados como identificação do veículo, data e hora do abastecimento, identificação do posto de combustível, do volume abastecido e do odômetro do veículo, dentre outros;
 - Prover meios para que o IBGE possa limitar, por unidade usuária e por veículo, a quantidade a ser abastecida.
 - O abastecimento indevido, não autorizado, em duplicidade ou que esteja bloqueado, será considerado falha do sistema e não será suportado pelo IBGE;
 - A CONTRATADA ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como, repassá-los a terceiros, por qualquer meio, sem autorização prévia, formal e por escrito da Administração do IBGE.
- Os sistemas de gerenciamento eletrônico dos abastecimento e das unidades de abastecimento a serem disponibilizados pela CONTRATADA, cujo funcionamento deverá ocorrer de acordo com os parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
 - Permitir a consolidação dos dados, importação e/ou exportação de dados e a emissão de relatórios da forma que o CONTRATANTE indicar, com total compatibilidade com os sistemas operacionais do IBGE;
 - Permitir a informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, datas e horários, além do tipo de combustível;
 - Deverá tornar disponíveis relatórios gerenciais de controle da situação (histórico de quilometragem, etc.), e das despesas de abastecimento por tipo de combustível de cada um dos veículos da frota;
 - Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos são de responsabilidade da CONTRATADA. Se esta der causa, por sua culpa ou dolo, deverá por eles responder;
 - Deverá oferecer transferência de conhecimentos aos gestores e usuários indicados pelo IBGE quanto à utilização do gerenciamento de todo o sistema e respectivos softwares, bem como dos equipamentos que deverão observar as disposições consignadas nos manuais e procedimentos que os acompanharem, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção e/ou substituição dos equipamentos que se mostrarem insatisfatórios à plena execução dos serviços, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados;
 - Deverá possuir, no mínimo, os seguintes requisitos básicos:
 - Captura eletrônica (com ou sem necessidade de digitação) de dados essenciais em cada operação, incluindo a identificação do veículo, dos usuários e do posto de combustível, o volume abastecido, a data, a hora e a quilometragem (odômetro).
 - Disponibilizar relatórios gerenciais via internet, permitindo ao IBGE monitorar detalhadamente o consumo de cada veículo. Tais relatórios devem identificar, entre outros indicadores, a média de consumo (Km/l) alcançada entre os abastecimentos realizados.
 - Certificação de que todo combustível registrado pela bomba foi efetivamente entregue ao veículo identificado.
 - Para assegurar a integridade e a conformidade das operações, o sistema deverá oferecer mecanismos que garantam o bloqueio/impedimento de:
 - Operações para veículos que não estejam devidamente cadastrados na frota do IBGE.

- Operações em que o tipo de combustível não corresponda ao autorizado para o veículo específico, respeitando as normas de preferência por combustíveis renováveis quando aplicável.
- Operações que ultrapassem o limite de crédito estabelecido em R\$ ou LITRAGEM pelo IBGE, para cada veículo da sua frota, sem expressa autorização do gestor/fiscal, conforme o caso.
- Incluir ou excluir veículos e usuários do cartão a critério do IBGE durante toda a execução do contrato;
- Permitir alterações nos limites inseridos inicialmente a qualquer tempo, mediante autorização do IBGE;
- Deverá permitir produção e emissão, no mínimo, dos seguintes relatórios para o controle e gestão das informações detalhadas sobre as despesas de abastecimentos, via Web:
 - Composição da Frota: identificação da quantidade total de veículos cadastrados no sistema, possibilitando a classificação através de diferentes formas - Fabricante, Modelo, Versão ou Ano de Fabricação, por potência do motor, por Coordenação e por Postos;
 - Histórico Detalhado de Veículo: listagem de todas as operações realizadas quer seja por um veículo ou por todos os veículos da frota, contendo as seguintes informações: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do usuário, combustível adquirido (tipo e quantidade), valor da operação e saldo remanescente;
 - Controle de Desvios: Identificação de divergências na captação de dados, tanto na quilometragem (odômetro) quanto no volume de litros abastecidos.
 - Análise de Consumo de Combustível: avaliação de determinado tipo de combustível, da performance dos veículos em termos de consumo (km/L) em períodos específicos;
 - Histórico de Quilometragem da Frota: informando a quilometragem percorrida por veículo da frota em períodos específicos;
 - Preços Praticados nos Postos: identificando os combustíveis adquiridos, apontando as operações cujos preços unitários estejam fora da faixa de preços estabelecida pela ANP.
 - Utilização de Mercadorias por Estabelecimento, por Usuário e por Veículo: possibilitando a verificação individualizada e detalhada da utilização dos serviços na rede de estabelecimentos credenciados, a fim de identificar inclusive o tipo de operação.
 - Esse relatório deve ter como opção determinar o total das despesas (em reais) por CNPJ no período, sendo utilizado para conferência do faturamento e na retenção dos tributos incidentes sobre a aquisição.
 - Extrato de Conta Portador / Conta Base: O relatório de Conta Portador servirá para verificar o extrato da conta do veículo e o saldo existente a fim de acompanhar as despesas realizadas pelos veículos em períodos específicos.
 - Evolução de Despesas da Frota: possibilitando o monitoramento da evolução de despesas da frota em períodos específicos.
 - Relatório de Retenção: listando cada um dos abastecimentos que contém IR e CSLL, constando obrigatoriamente a placa do veículo e o tipo de abastecimento;
 - Relatório de Veículos sem abastecimento: relatório dos carros registrados que não abasteceram no período de um mês.
 - Relatórios Especiais: O sistema deverá possibilitar a extração de relatórios especiais, partindo da base de dados disponibilizada, para desenvolvimento de gerenciamento específico, desde que contemplados no sistema.
 - Outros relatórios de interesse do IBGE
 - Todos os relatórios deverão ser disponibilizados com os dados desde o início e por todo o período contratual, sem qualquer limitação temporal dos dados.
- A CONTRATADA deverá disponibilizar, além do sistema de gestão via WEB, de Central de Atendimento ou SAC, devendo executar de forma ágil e rápida os serviços essenciais e/ou urgentes, tais como:
 - Liberação temporária de operação em estabelecimento não credenciado;
 - Realização de Abastecimento e/ou Pagamento;
 - Bloqueio temporário e/ou cancelamento de dispositivo;
 - Emissão de 2ª (segunda) via de dispositivo;

- Crédito extra ou retirada de crédito; e
- Verificação de saldos e transferência de créditos entre cartões.
- Outros requisitos:
 - O serviço possui natureza continuada e a duração do contrato será de 02 (dois) anos, prorrogáveis, nos termos da Lei nº14.133/21.
 - A contratada, por meio do seu representante, deverá realizar treinamento com os usuários da contratante quanto à utilização do sistema, devendo assumir todo o ônus da realização do treinamento, inclusive quanto a eventuais despesas de deslocamentos do seu representante;
 - Cabe também ressaltar que a lei nº13.455/2017 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13455.htm) que dispõe sobre "a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, e altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004", estabelece em seu art. 1º que "Fica autorizada a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado". Apesar do disposto na referida lei permitir que os postos de combustíveis efetuem a cobrança de valor diferenciado para venda de combustível dependendo do instrumento de pagamento (cartão de débito, cartão de crédito, etc.) e em função do prazo (à vista ou à prazo), sugere-se que a contratada realize esforços no sentido de orientar os postos credenciados a não efetuarem esse tipo de cobrança diferenciada.

5. Levantamento de Mercado

Com base no histórico referente à prestação do serviço em anos anteriores e na pesquisa de mercado realizada via consulta a contratações semelhantes de outras unidades da federação (ANEXO II), observa-se que a solução técnica padrão consiste na contratação de empresa especializada em **serviços de administração, gerenciamento e controle de combustíveis**, por meio de sistema informatizado com cartões eletrônico/magnéticos vinculados a uma rede credenciada.

A análise de mercado indica que o modelo de gestão centralizada é o mais eficiente para o IBGE, dada a dispersão geográfica das agências no Estado de Mato Grosso, bem como, o enorme volume e diversidade dos deslocamentos, o que inviabiliza contratações diretas com postos locais.

Quanto aos custos administrativos, embora existam registros de "taxa zero", a experiência anterior demonstrou que tal prática pode comprometer a **exequibilidade contratual**, levando a recusas de atendimento e falhas no suporte. Ademais a GEFROTA/MT destacou a necessidade de um atendimento mais ágil (assessores dedicados e central 24/7) para liberações urgentes e resolução de problemas na rede credenciada.

Fixar um teto acima de zero atrai mais fornecedores qualificados para a fase de lances, permitindo que a disputa de mercado (via maior desconto) defina o valor final, que pode vir a ser reduzido durante a sessão pública, mas partindo de um patamar que assegure a viabilidade operacional. O planejamento preventivo visa evitar que o certame fracasse por falta de interessados, garantindo que o valor estimado esteja adequado à realidade.

Assim, fundamentado no princípio da continuidade do serviço público, o levantamento aponta a necessidade de fixar uma **taxa de administração máxima de 2,00%** para garantir a atratividade do certame e a viabilidade da operação durante toda a vigência.

6. Descrição da solução como um todo

Considerando a dispersão geográfica e a considerável quantidade de pontos de abastecimento necessários em todo o Estado de Mato Grosso, a contratação direta pelo IBGE de fornecimento de combustíveis diretamente nos postos ficaria inviabilizada, pois representaria desperdício de recursos pela necessidade de gestão de inúmeros instrumentos contratuais formalizados e/ou a utilização de inúmeros suprimentos de fundos para abastecimento dos veículos, além da inviabilidade de gerenciamento efetivo, ausência de padronização de procedimentos, tanto pela quantidade de contratações a serem realizadas, quanto pela estrutura dos postos de combustível, cujo aparato tecnológico está aquém das necessidades do IBGE, aliado ainda à impossibilidade de previsão de gasto em cada estabelecimento que, por razões de interesse público, poderia frustrar a expectativa de vantajosidade também para o próprio fornecedor (posto de combustível).

Dessa forma, a solução que se apresenta como a mais adequada para o atendimento da necessidade da administração quanto à aquisição de combustíveis é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle informatizado, com uso de cartões eletrônicos/magnéticos.

Ademais este tipo de contratação viabiliza a manutenção de um único contrato de abastecimento de todos os veículos, visto que as empresas desta natureza possuem ampla rede de postos credenciados por todo o Estado.

Cabe ainda esclarecer o motivo para a adoção da solução da contratação quanto aos itens e sua forma de agrupamento:

- O IBGE realiza além das pesquisas regulares, outras pesquisas sazonais e essenciais ao país, cobertura ampla em todo o território e deslocamentos contínuos, longínquos e intensos. Há ainda diversas atividades de administrativas/preparação que antecedem qualquer operação censitária/contagem populacional, que demandam o deslocamento da frota no transporte necessário dos servidores por todo o território do estado de Mato Grosso.
- Os itens foram, assim, divididos da seguinte forma:
 - Item 1 - Álcool (Etanol);
 - Item 2 - Gasolina Comum;
 - Item 3 - Óleo Diesel;
 - Item 4 - Taxa de Administração.

Todos os itens desta contratação foram agrupados em um único grupo/lote, o que se mostra técnica e economicamente viável e propiciará maior competitividade, considerando as especificações do objeto a ser contratado.

A solução será adjudicada por preço global do grupo único, conforme justificativa técnica e econômica detalhada no item 9 deste ETP.

Os preços referentes às taxas de percentual de descontos aplicadas aos combustíveis propostos e ao valor da taxa de administração são fixos e irrevogáveis.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades para o período de vigência utiliza como parâmetro técnico o **ano de 2025**, período que reflete com precisão a carga de trabalho esperada para a frota institucional. O consumo de 2025 foi impactado pela execução da **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)**. A escolha desta base é estratégica posto que no período vindouro, a SES/MT certamente executará diversas **pesquisas sazonais e especiais** (como a PNS ou novas edições da POF) que demandarão deslocamentos contínuos e intensos, similares aos observados em 2025.

Dessa forma, utilizar a média de 2025 como "bolsão de segurança" garante que o contrato suporte o calendário institucional sem a necessidade de aditivos precoces por subestimativa de demanda. Aplicando as margens de segurança de **20% para o Etanol e 10% para Diesel, bem como, um ajuste técnico para correção de distorção histórica por inoperância de veículos de 142% para Gasolina** sobre a média histórica.

- A análise do histórico de consumo de 2025 aponta um gasto de gasolina artificialmente baixo devido ao fato de que os veículos **Suzuki Jimny** (únicos da frota leve que utilizam exclusivamente gasolina) permaneceram inoperantes por longos períodos para manutenção. Utilizar apenas a média aritmética simples desses anos resultaria em uma subestimativa da demanda real necessária quando os veículos estiverem em pleno uso.
- Considerando a necessidade de ter os 4 veículos Jimny disponíveis para pesquisas em campo (especialmente em áreas de difícil acesso onde o perfil 4x4 é exigido), a projeção técnica aponta a média de 92 litros para cada veículo que resulta em 368 Litros/mês.

Tabela: Memória de Cálculo Mensal (Atividades de Rotina - Base 2025)

Item	Combustível	Média 2025 (L)	Margem de Segurança / Correção	Quantidade Estimada (L/mês)
1	Etanol	4.924	+20%	5.909
2	Gasolina Comum	152	+142%	368
3	Óleo Diesel S-10	6.127	+10%	6.740

Conforme diretriz administrativa, **não foram computadas os gastos relativos a realização dos Censo/Contagem Populacional**, que serão objetos de contratações separadas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.064.377,28

O valor estimado da contratação foi obtido multiplicando-se os quantitativos mensais projetados pelos preços médios de referência praticados no Estado de Mato Grosso (Base ANP), atualizados pelo IPCA acumulado de 12 meses, conforme metodologia oficial. Para uma vigência contratual de **24 meses**, o valor total global é estimado em **R\$ 2.064.377,28**.

Este montante assegura a manutenção ininterrupta das atividades de campo, mantendo margem orçamentária autorizada para suportar os picos de demanda das pesquisas sazonais. Ressaltando que as regras contratuais estabelecem que o IBGE pagará apenas pelo que for **efetivamente consumido**.

Tabela: Projeção de Valor Bi-anual (Vigência 24 meses)

Item	Combustível	Preço Base	Preço Corrigido c/ IPCA	Qtd. Estimada (L /mês)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (24 meses)
1	Etanol	R\$ 4,64	R\$ 4,82	5.909	R\$ 28.481,38	R\$ 683.553,12
2	Gasolina Comum	R\$ 6,81	R\$ 7,07	368	R\$ 2.601,76	R\$ 62.442,24
3	Óleo Diesel	R\$ 7,61	R\$ 7,90	6.740	R\$ 53.246,00	R\$ 1.277.904,00
A	SUBTOTAL COMBUSTÍVEIS				R\$ 84.329,14	R\$ 2.023.899,36
B	Taxa de Administração (Teto 2,00%)				R\$ 1.686,58	R\$ 40.477,92
(A+B)	VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 86.015,72	R\$ 2.064.377,28

Notas:

- 1- O preço médio por litro para cada tipo de combustível (etanol, gasolina e diesel), divulgado no site oficial da ANP – Agência Nacional do Petróleo (<https://www.gov.br/anp>) — Preços — Levantamento de Preços de Combustíveis (últimas semanas pesquisadas) — para o Estado de Mato Grosso praticado na semana de 22/03/2026 a 28/03/2026. (ANEXO IV deste ETP)
- 2- A esse valor do preço médio aplicou-se, anual e cumulativamente, o índice **IPCA de inflação acumulado** dos últimos 12 (doze) meses (03/2025 a 02 /2026), divulgado pelo **IBGE**, garantindo a atualização dos valores conforme memória de cálculo apresentada no ANEXO III deste ETP.
- 3- Dessa forma, os valores mensais e totais foram calculados multiplicando a quantidade estimada pelo preço unitário corrigido.
- 4- Para obtenção do valor/percentual estimado da taxa de administração, realizou-se pesquisa de preços utilizando como parâmetro pesquisa de contratações similares de outros entes públicos (outras Superintendências Estaduais do IBGE), em execução ou firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, com base nas orientações contidas na Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, conforme resumo constante no ANEXO II.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será realizada por lote/grupo, vez que essa forma de contratação mostra-se técnica e economicamente viável, por propiciar maior competitividade, ao mesmo tempo que assegura um único contrato a ser gerido. O parcelamento do objeto representaria perda de economia de escala, bem como dificuldades de gestão dos futuros contratos múltiplos, demandando maior número de servidores envolvidos no custo total do atendimento à necessidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Conforme diretriz administrativa, os gastos de abastecimento/combustível relativos a realização dos Censo/Contagem Populacional serão objetos de contratações separadas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no PCA 2026 da UASG 114626 (SES/MT/IBGE).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação do sistema proposto, é possível almejar o alcance das seguintes vantagens:

- Eliminar o uso de suprimento de fundos ou diversos contratos individualizados com postos de combustíveis locais;
- Flexibilidade e Extensão do horário de abastecimento, pois se poderá contar com uma ampla rede de postos, dispersa em todo o Estado de Mato Grosso, com abastecimento funcionando todos os dias da semana;
- Simplificação dos procedimentos e das rotinas de controle dos abastecimentos através de sistema informatizado, proporcionando agilidade nos procedimentos, obtenção de informações da frota em tempo hábil, via Internet, para fiscalização e tomada de decisões corretivas;
- Modernização dos controles, precisão das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados;
- Gestão do gerenciamento e controle do abastecimento de veículos por meio de um único contrato;
- Maior controle nos custos e segurança na administração das despesas;
- Emissão de relatórios completos de consumo médio de cada veículo com informações o abastecimento.
- Gerenciamento completo via internet com acesso restrito;
- Pesquisa de preços, em função da variedade de postos credenciados;
- Simplicidade operacional e maximização de resultados com menor uso de pessoal;
- Segurança através de senha eletrônica;
- Maior controle de pagamento e maior facilidade na fiscalização e gestão do contrato;
- Permite controles administrativos, tais como, monitoramento de autonomia;
- Determinação de limitadores de valores e de serviços, de acordo com a necessidade do gestor ou fiscal do contrato;
- Pagamento de múltiplos fornecedores, com o devido recolhimento dos tributos, por meio de um único fornecedor, ou seja, por meio de uma única fatura.

13. Providências a serem Adotadas

Após a realização do pregão, adjudicação e homologação para a empresa vencedora e assinatura do contrato deverão ser adotadas medidas imediatas para abastecimento, tais e quais e sem se limitar somente às elencadas abaixo:

- Fornecimento da rede credenciada, que deverá atender o quantitativo exigido pelo IBGE;
- Cadastramento dos veículos, dos fiscais/gestores, motoristas, usuários etc.;
- Fornecimento e cadastramento de senha para fiscais/gestores, bem como, de senhas para motoristas e usuários;
- Fornecimento de dispositivos virtuais ou físicos (cartões) de abastecimento para cada veículo, incluindo cartões reservas (tipo de cartão que permita o abastecimento de qualquer veículo da frota do IBGE);
- Treinamento dos usuários (fiscais técnicos e gestores) quanto ao uso do sistema de gerenciamento de combustíveis;
- Comunicação aos usuários, em especial aos chefes de agências, quanto aos dados da empresa contratada, procedimentos a serem adotados e responsabilidades.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A CONTRATADA deverá ter conhecimento e seguir as orientações constantes em legislações e demais orientações pertinentes à sustentabilidade ambiental no setor em que atua, devendo observar, dentre outros, os seguintes normativos:

- Instrução Normativa IN SLTI-MPOG nº01/2010;
- Guia nacional de licitações sustentáveis da Controladoria Geral da União (CGU/AGU);
- Lei nº12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decreto 10.936, de 2022;
- Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005;
- Resolução nº 804, de 2019 da ANP

A contratada será responsabilizada por quaisquer de seus credenciados que venham a causar prejuízo à Contratante em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas, por falta de cumprimento de normas ambientais, bem como, por normas determinadas pela ANP – Agência Nacional do Petróleo.

As empresas que se dedicam ao gerenciamento de fornecimento de combustíveis assumem o risco, quando selecionam para a sua rede de credenciados, outras empresas em desacordo com as normas legais. Nesse sentido, faz-se necessário que, ao cadastrar os postos em sua rede credenciada, a contratada verifique o cumprimento dos requisitos estabelecidos na NBR 13784 da ABNT, que normatiza detecção de vazamento, na NBR 12235 da ABNT, que normatiza o armazenamento dos resíduos gerados pela atividade e NBR 10004 da ABNT, que dispõe sobre embalagens de produtos considerados perigosos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o exposto no presente Estudo, a equipe de planejamento declara a viabilidade da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DOUGLAS ADRIAN DE ALMEIDA PORTELA FERREIRA COELHO

Equipe de Planejamento

BRENO MARTINS BARROS

Equipe de Planejamento

PEDRO HENRIQUE DE PAIVA ARTUR

Equipe de Planejamento

FRANCISCO VIEIRA DA SILVA

Equipe de Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I do ETP - LISTA UNIDADES.pdf (37.39 KB)
- Anexo II - ANEXO II do ETP - PESQUISAS SES.pdf (2.08 MB)
- Anexo III - ANEXO III do ETP - BCB IPCA.pdf (51.6 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV do ETP - PREÇOS ANP MT 2026.pdf (550.08 KB)



Documento assinado eletronicamente por PEDRO HENRIQUE DE PAIVA ARTUR, Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas, em 13 de Abril de 2026, às 14:38:04, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 6118291885602616582 e o código CRC 26C78002.



Documento assinado eletronicamente por BRENO MARTINS BARROS, Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas, em 13 de Abril de 2026, às 14:52:19, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 2812573824611171444 e o código CRC 675C023E.



Documento assinado eletronicamente por FRANCISCO VIEIRA DA SILVA, Chefe de Agência Nível II, em 14 de Abril de 2026, às 09:33:55, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 1788076170055169695 e o código CRC 9E0E254F.



Documento assinado eletronicamente por DOUGLAS ADRIAN DE ALMEIDA PORTELA FERREIRA COELHO, Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas, em 14 de Abril de 2026, às 09:40:14, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 3035831617506134318 e o código CRC 63071022.

ANEXO I do ETP	
UNIDADE/AGÊNCIA	LISTA DE MUNICÍPIOS
ÁGUA BOA	5100201 - ÁGUA BOA / 5102603 - CAMPINÁPOLIS / 5102702 - CANARANA / 5106174 - NOVA NAZARÉ / 5106257 - NOVA XAVANTINA / 5107065 - QUERÊNCIA / 5107180 - RIBEIRÃO CASCALHEIRA /
ALTA FLORESTA	5100250 - ALTA FLORESTA / 5100805 - APIACÁS / 5102793 - CARLINDA / 5103205 - COLÍDER / 5106158 - NOVA BANDEIRANTES / 5106216 - NOVA CANAÃ DO NORTE / 5106299 - PARANAÍTA / 5108808 - NOVA GUARITA / 5108956 - NOVA MONTE VERDE /
ALTO ARAGUAIA	5100300 - ALTO ARAGUAIA / 5100409 - ALTO GARÇAS / 5100607 - ALTO TAQUARI / 5101209 - ARAGUAINHA / 5106703 - PONTE BRANCA / 5107198 - RIBEIRÃOZINHO /
BARRA DO BUGRES	5101704 - BARRA DO BUGRES / 5101902 - BRASNORTE / 5102637 - CAMPO NOVO DO PARECIS / 5103452 - DENISE / 5106232 - NOVA OLÍMPIA / 5106851 - PORTO ESTRELA / 5107263 - SANTO AFONSO / 5107875 - SAPEZAL / 5107958 - TANGARÁ DA SERRA /
BARRA DO GARÇAS	5101001 - ARAGUAIANA / 5101803 - BARRA DO GARÇAS / 5103106 - COCALINHO / 5103908 - GENERAL CARNEIRO / 5106281 - NOVO SÃO JOAQUIM / 5106653 - PONTAL DO ARAGUAIA / 5108204 - TORIXORÉU /
CÁCERES	5101258 - ARAPUTANGA / 5102504 - CÁCERES / 5103437 - CURVELÂNDIA / 5103957 - GLÓRIA D'OESTE / 5104500 - INDIAVAÍ / 5105234 - LAMBARI D'OESTE / 5105622 - MIRASSOL D'OESTE / 5106828 - PORTO ESPERIDIÃO / 5107107 - SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS / 5107156 - RESERVA DO CABAÇAL / 5107206 - RIO BRANCO / 5107750 - SALTO DO CÉU /
CONFRESA	5102694 - CANABRAVA DO NORTE / 5103353 - CONFRESA / 5106778 - PORTO ALEGRE DO NORTE / 5107354 - SÃO JOSÉ DO XINGU / 5107743 - SANTA CRUZ DO XINGU / 5107776 - SANTA TEREZINHA / 5108600 - VILA RICA /
CUIABÁ 1	5100102 - ACORIZAL / 5101605 - BARÃO DE MELGAÇO / 5103007 - CHAPADA DOS GUIMARÃES / 5103403 - CUIABÁ / 5103858 - GAÚCHA DO NORTE / 5106208 - NOVA BRASILÂNDIA / 5106307 - PARANATINGA / 5106455 - PLANALTO DA SERRA / 5107800 - SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER /
CUIABÁ 2	5104906 - JANGADA / 5105903 - NOBRES / 5106109 - NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO / 5106505 - POCONÉ / 5107701 - ROSÁRIO OESTE / 5108402 - VÁRZEA GRANDE /
JUÍNA	5101407 - ARIPUANÃ / 5102850 - CASTANHEIRA / 5103254 - COLNIZA / 5103379 - COTRIGUAÇU / 5105150 - JUÍNA / 5105176 - JURUENA /
NORTELÂNDIA	5100508 - ALTO PARAGUAI / 5101308 - ARENÁPOLIS / 5103502 - DIAMANTINO / 5106000 - NORTELÂNDIA / 5107305 - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO / 5108857 - NOVA MARILÂNDIA / 5108907 - NOVA MARINGÁ /
PONTES E LACERDA	5102686 - CAMPOS DE JÚLIO / 5103304 - COMODORO / 5103361 - CONQUISTA D'OESTE / 5103809 - FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE / 5105002 - JAURU / 5105507 - VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE / 5106182 - NOVA LACERDA / 5106752 - PONTES E LACERDA / 5107578 - RONDOLÂNDIA / 5108352 - VALE DE SÃO DOMINGOS /
RONDONÓPOLIS	5102678 - CAMPO VERDE / 5103601 - DOM AQUINO / 5104203 - GUIRATINGA / 5104609 - ITIQUIRA / 5104807 - JACIARA / 5105200 - JUSCIMEIRA / 5106372 - PEDRA PRETA / 5107008 - POXORÉU / 5107040 - PRIMAVERA DO LESTE / 5107297 - SÃO JOSÉ DO POVO / 5107404 - SÃO PEDRO DA CIPA / 5107602 - RONDONÓPOLIS / 5107792 - SANTO ANTÔNIO DO LESTE / 5108105 - TESOURO /
SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	5100359 - ALTO BOA VISTA / 5101852 - BOM JESUS DO ARAGUAIA / 5105309 - LUCIARA / 5106315 - NOVO SANTO ANTÔNIO / 5107859 - SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA / 5107883 - SERRA NOVA DOURADA /
SINOP	5103056 - CLÁUDIA / 5104104 - GUARANTÃ DO NORTE / 5104559 - ITAÚBA / 5105101 - JUARA / 5105580 - MARCELÂNDIA / 5105606 - MATUPÁ / 5106190 - NOVA SANTA HELENA / 5106265 - NOVO MUNDO / 5106273 - NOVO HORIZONTE DO NORTE / 5106422 - PEIXOTO DE AZEVEDO / 5106802 - PORTO DOS GAÚCHOS / 5107248 - SANTA CARMEM / 5107909 - SINOP / 5107941 - TABAPORÃ / 5108055 - TERRA NOVA DO NORTE / 5108303 - UNIÃO DO SUL /
SORRISO	5101837 - BOA ESPERANÇA DO NORTE / 5103700 - FELIZ NATAL / 5104526 - IPIRANGA DO NORTE / 5104542 - ITANHANGÁ / 5105259 - LUCAS DO RIO VERDE / 5106224 - NOVA MUTUM / 5106240 - NOVA UBIRATÁ / 5107768 - SANTA RITA DO TRIVELATO / 5107925 - SORRISO / 5108006 - TAPURAH / 5108501 - VERA /

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Ana Luisa Azevedo de Albuquerque <ana-luisa.azevedo@ibge.gov.br>

Data Seg, 30/03/2026 09:58

Para Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>; 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Bom dia.

Seguem dados do processo da SES/AL:

Processo: 03627.000106/2025-09

Contratada: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda

CNPJ: 05.340.639/0001-30

Taxa de Administração: 0

Taxa de Desconto: Variável, foi diferente por combustível

Atenciosamente,

Ana Luísa Azevedo de Albuquerque

Seção de Recursos Materiais

SES IBGE Alagoas/SRM

Tel: (82) 2123-4218

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 09:20

Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:

Contratada:

CNPJ:

Taxa de Administração:

Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas

Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT

Seção de Recursos Materiais – SRM/MT

E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br

<https://www.ibge.gov.br/>

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Antonia Francisca Costa Fonseca <antonia.fonseca@ibge.gov.br>

Data Ter, 31/03/2026 09:55

Para Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Douglas, bom dia

Seguem nossos dados:

- Empresa Contratada: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA
- CNPJ: 12.039.966/0001-11
- Valor do Contrato: R\$ 451.514,51
- Taxa de Administração: 0,00%
- Descontos: 4,75% nos 3 tipos de combustível
- Informações relevantes: O prazo do contrato é por 20 meses e contempla abastecimento de gasolina, alcool e diesel S10.

Acrescento que estamos instruindo a adesão numa Ata de registro de preços pois nosso saldo está próximo do fim com essa elevação do preço dos combustíveis.

Atenciosamente

Antonia Francisca Costa Fonseca

Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE

Superintendência Estadual do Amazonas (SES/AM)

Seção de Recursos Materiais (SRM)

Rua Nova Palma, n. 200 (esquina com av. João Valério), Conjunto Vieir Alves - Bairro Nossa Senhora das Graças - CEP 69053-578 - Manaus/AM

Nossa Missão: ["Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania"](#)

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 08:20

Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:

Contratada:

CNPJ:

Taxa de Administração:

Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas

Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT

Seção de Recursos Materiais – SRM/MT

E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br

<https://www.ibge.gov.br/>

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Silton Leonardo Paiva Nunes <silton.paiva@ibge.gov.br>
Data Ter, 31/03/2026 06:52
Para Bernardo Miranda Cobucci Silva <bernardo.silva@ibge.gov.br>; Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>; 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Bom dia!

SES/RS
Processo: 20883.00000685/2022-49
Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda EPP
CNPJ: 05.340.639/0001-30
Taxa de Administração: 0%
Taxa de Desconto: 5,1%

At.te,
Silton Leonardo Paiva Nunes | SIAPE: 1373101
Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas
SES/RS – GRM | Gestor de Frota



De: Bernardo Miranda Cobucci Silva <bernardo.silva@ibge.gov.br>
Enviado: terça-feira, 31 de março de 2026 07:23
Para: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>; 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>
Assunto: RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Prezado Douglas,

Seguem os dados referentes à SES BA:

os dados:

Objeto	Combustíveis
Processo	03629.000380/2024-79
Nome da Empresa	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ	05.340.639/0001-30
Taxa de administração	0%
Desconto – etanol	4,93%
Desconto – diesel	4,79%
Desconto – gasolina	4,72%

À disposição,

Bernardo M C Silva
IBGE Bahia
Gerência de RM

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>
Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 09:20
Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>
Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:
Contratada:
CNPJ:
Taxa de Administração:
Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas

Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT

Seção de Recursos Materiais – SRM/MT

E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br

<https://www.ibge.gov.br/>

Nossa missão: Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Kellen Karolline Ribeiro Batista <kellen.batista@ibge.gov.br>

Data Seg, 30/03/2026 14:01

Para Denys Rochester Sousa da Frota <denys.frota@ibge.gov.br>; Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>; 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Boa tarde,

Seguem os dados da SES/TO:

Processo: 0020720.00000428/2022-10

Contratada: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda EPP

CNPJ: 05.340.639/0001-30

Taxa de Administração: 0%

Taxa de Desconto: 4,75%

Atenciosamente.

Kellen Batista

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / SES/TO - SRM
Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas
+55 62 98260-3007
kellen.batista@ibge.gov.br

De: Denys Rochester Sousa da Frota <denys.frota@ibge.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 14:16

Para: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>; 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Assunto: RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Boa tarde Douglas,

Seguem os dados da SES/CE:

Processo: 03623.000187/2023-15

Contratada: Bamex Consultoria em Gestão Empresarial Ltda.

CNPJ: 28.008.410/0001-06

Taxa de Administração: 0%

Taxa de Desconto: 4,78%

Atenciosamente,

Denys Rochester Sousa da Frota
Gerente de Recursos Materiais - IBGE/SES/CE
Siape: 1547619
Fone: (85) 3771-1928 / (85) 99102-2943

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 09:20

Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:

Contratada:

CNPJ:

Taxa de Administração:

Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas

Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT

Seção de Recursos Materiais – SRM/MT

E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br

<https://www.ibge.gov.br/>

Nossa missão: Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Dionísio dos Santos Pereira Junior <dionisio.s.junior@ibge.gov.br>
Data Seg, 30/03/2026 14:50
Para Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Prezado Douglas Coelho,

Segue dados da SES/MA.

Permaneço à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

DIONÍSIO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR

GERENTE DE RECURSOS MATERIAIS

IBGE/SES/MA-GRM

(98) 988-955-017

Rua Nazaré, 49 - Centro, São Luís - MA, 65010-410

<https://www.ibge.gov.br>

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 09:20

Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo: 03621.000022/2023-55

Contratada: GOLDI SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA

CNPJ: 20.217.208/0001-74

Taxa de Administração: R\$ 0,00

Taxa de Desconto: 8,00%

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas

Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT

Seção de Recursos Materiais – SRM/MT

E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br

<https://www.ibge.gov.br/>

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Rafael Junio Andrade Alves <rafael-junio.alves@ibge.gov.br>
Data Ter, 31/03/2026 06:39
Para Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>

Bom dia.
Seguem as informações


Processo: 03631.000133/2024-23
Contratada: TICKET SOLUCOES HDFGT S/A
CNPJ: 03.506.307/0001-57
Taxa de Administração: 0,0
Taxa de Desconto: 0,0

Lote/ Grupo 1	Item	Descrição do item	Catmat/ Catser	Unidade de Medida	Quant. Anual Estimada	Valor médio por litro (R\$) - ANP * Correção de 1,04496	% de desconto a ser aplicado sobre o preço por litro – ANP	Preço por litro após aplicação do percentual de desconto (R\$)	Valor total Estimado Anual após percentual de desconto (R\$)
	1	Gasolina Comum - Combustível veículo (Atividades de Rotina)	BR0461506	Litros	19.699	6,08	4,55%	R\$ 5,8034	R\$ 342.963,5298
	2	Álcool Etílico Hidratado, combustível (Atividades de Rotina)	BR0150371	Litros	178.150	3,84	4,55%	R\$ 3,6653	R\$ 1.958.919,5850
	3	Óleo Diesel, Combustível (Atividades de Rotina)	BR0461552	Litros	10.111	6,25	4,55%	R\$ 5,9657	R\$ 180.957,5781
	4	Gasolina Comum - Combustível Veículo (Censo AGRO)	BR0461506	Litros	2.400	6,08	4,55%	R\$ 5,8034	R\$ 20.892,2400
	5	Álcool Etílico Hidratado, Combustível (Censo AGRO)	BR0150371	Litros	240.000	3,84	4,55%	R\$ 3,6653	R\$ 1.319.508,0000
	6	Óleo Diesel, Combustível (Censo AGRO)	BR0461552	Litros	6.240	6,25	4,55%	R\$ 5,9657	R\$ 55.838,9520
	SUBTOTAL 1 - TOTAL DOS ITENS 1 a 6								R\$ 3.879.079,8849
	7	Taxa de Administração							R\$0,00
SUBTOTAL 2 - TOTAL DO ITEM 13							R\$ 3.879.079,88		
VALOR ESTIMADO TOTAL ANUAL (SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2) R\$ 3.879.079,88 (três milhões oitocentos e setenta e nove mil e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos)									

At.te,

Rafael Junio Andrade Alves

Gerência de Recursos Materiais do IBGE em Minas Gerais – GRM/SES-MG
Contato telefônico: (31) 2105-2495

 [Fale comigo pelo Teams clicando aqui](#)
E-mail: rafael-junio.alves@ibge.gov.br
E-mail do setor: licitacoes.mg@ibge.gov.br

Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:

Contratada:

CNPJ:

Taxa de Administração:

Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas

Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT

Seção de Recursos Materiais – SRM/MT

E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br

<https://www.ibge.gov.br/>

Nossa missão: Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Bruno Noriyuki Abe Ogura <bruno.ogura@ibge.gov.br>
Data Ter, 31/03/2026 08:03
Para Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>
Cc Erico Vitorino Alves <erico.alves@ibge.gov.br>; Karla dos Santos Carneiro Barbosa <karla.barbosa@ibge.gov.br>; Ana Claudia Silva Barbosa <ana.barbosa@ibge.gov.br>

Bom dia,

Seguem dados da SES/MS:

Processo: 03650.000049/2025-62
Contratada: S.H Informática LTDA
CNPJ: 06.048.539/0001-05
Taxa de Administração: 0,0001%
Taxa de Desconto: 5,41%

Atenciosamente,

Bruno Noriyuki Abe Ogura
Técnico em Informações Geográficas e Estatística
IBGE - SES/MS - Seção de Recursos Materiais

De: Ana Claudia Silva Barbosa <ana.barbosa@ibge.gov.br>
Enviado: terça-feira, 31 de março de 2026 06:54
Para: Bruno Noriyuki Abe Ogura <bruno.ogura@ibge.gov.br>
Cc: Erico Vitorino Alves <erico.alves@ibge.gov.br>; Karla dos Santos Carneiro Barbosa <karla.barbosa@ibge.gov.br>
Assunto: Fw: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom dia!

Por favor, responder o colega do MT.

Atenciosamente,

Obter o [Outlook para iOS](#)

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>
Enviado: segunda-feira, março 30, 2026 8:20 AM
Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>
Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:
Contratada:
CNPJ:
Taxa de Administração:
Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas
Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT
Seção de Recursos Materiais – SRM/MT
E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br
<https://www.ibge.gov.br/>

RE: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

De Julia Brandao Teixeira de Freitas <julia.freitas@ibge.gov.br>
Data Seg, 30/03/2026 16:38
Para Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>
Cc 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>

Boa tarde, Douglas.

Seguem os dados do contrato da SES/RJ:

Processo: 0020870.00000193/2021-57
Contratada: Ticket Soluções HDFGT S.A.
CNPJ: 03.506.307/0001-57
Taxa de Administração: 0
Taxa de Desconto: 4,7%

Atenciosamente,

Julia Brandão Teixeira de Freitas
Técnica de Informações Geográficas e Estatísticas
(21) 2142-4808 / 99884-4379
julia.freitas@ibge.gov.br
Gerência de Recursos Materiais
Superintendência Estadual do IBGE no Rio de Janeiro - SES/RJ

De: Douglas Adrian de Almeida Portela Ferreira Coelho <douglas.coelho@ibge.gov.br>
Enviado: segunda-feira, 30 de março de 2026 09:20
Para: 171 Recursos Materiais da UEs <recurs_materiais_ue@ibge.gov.br>
Assunto: Pesquisa de Preço/Mercado - Abastecimento

Bom Dia,

Estamos fazendo a pesquisa de preços para instrução de novo processo de Abastecimento de veículos para o contrato de gestão de abastecimento dos veículos e gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês provendo as informações de seus contratos.

Processo:
Contratada:
CNPJ:
Taxa de Administração:
Taxa de Desconto:

Desde já agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



Douglas Adrian de A. Portela F. Coelho

Técnico Informações Geográficas e Estatísticas
Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso – IBGE/SES/MT
Seção de Recursos Materiais – SRM/MT
E-mail: douglas.coelho@ibge.gov.br
<https://www.ibge.gov.br/>

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)

Dados informados

Data inicial	03/2025
Data final	02/2026
Valor nominal	R\$ 1,00 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,03812500
Valor percentual correspondente	3,812500 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1,04 (REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA
LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL
COMBUSTÍVEL: TODOS
TIPO RELATÓRIO: ESTADOS

OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO 'ÓLEO DIESEL' SE REFERE AO ÓLEO DIESEL B S500 COMUM.

DATA INICIAL	DATA FINAL	REGIAO	ESTADOS	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	ACRE	ETANOL HIDRATADO	14	R\$/l	5,39	0,423	5,07	6,30	0,078
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	ETANOL HIDRATADO	45	R\$/l	5,15	0,206	4,99	5,70	0,040
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	ETANOL HIDRATADO	38	R\$/l	5,60	0,088	5,35	5,79	0,016
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	ETANOL HIDRATADO	213	R\$/l	5,45	0,351	4,90	6,39	0,064
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	ETANOL HIDRATADO	128	R\$/l	5,44	0,232	4,87	6,19	0,043
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	ETANOL HIDRATADO	23	R\$/l	5,15	0,134	4,55	5,22	0,026
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	ETANOL HIDRATADO	52	R\$/l	4,98	0,244	4,59	5,89	0,049
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	GOIAS	ETANOL HIDRATADO	158	R\$/l	4,55	0,358	3,95	5,29	0,079
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	MARANHAO	ETANOL HIDRATADO	51	R\$/l	5,16	0,395	4,98	6,19	0,076
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	ETANOL HIDRATADO	68	R\$/l	4,64	0,165	3,99	4,89	0,036
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	ETANOL HIDRATADO	35	R\$/l	4,44	0,250	4,15	5,17	0,056
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	ETANOL HIDRATADO	448	R\$/l	4,81	0,178	4,19	5,55	0,037
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	PARA	ETANOL HIDRATADO	37	R\$/l	5,08	0,343	4,61	5,85	0,067
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	ETANOL HIDRATADO	56	R\$/l	4,67	0,178	4,45	5,30	0,038
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	ETANOL HIDRATADO	271	R\$/l	4,83	0,266	4,09	5,29	0,055
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	ETANOL HIDRATADO	170	R\$/l	5,67	0,400	4,20	6,59	0,071
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PIAUÍ	ETANOL HIDRATADO	42	R\$/l	5,05	0,180	4,65	5,49	0,036
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	ETANOL HIDRATADO	257	R\$/l	5,15	0,242	3,99	5,89	0,047
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	ETANOL HIDRATADO	41	R\$/l	5,85	0,232	5,29	6,32	0,040
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	ETANOL HIDRATADO	145	R\$/l	5,21	0,362	4,68	6,56	0,069
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RODONIA	ETANOL HIDRATADO	29	R\$/l	5,67	0,154	5,34	5,99	0,027
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RORAIMA	ETANOL HIDRATADO	7	R\$/l	5,53	0,053	5,49	5,59	0,010
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	ETANOL HIDRATADO	108	R\$/l	5,04	0,251	4,53	5,79	0,050
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	ETANOL HIDRATADO	1226	R\$/l	4,54	0,293	3,79	5,99	0,064
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	ETANOL HIDRATADO	23	R\$/l	5,09	0,068	5,05	5,29	0,013
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	TOCANTINS	ETANOL HIDRATADO	37	R\$/l	5,48	0,246	4,85	6,03	0,045
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	ACRE	GASOLINA ADITIVADA	15	R\$/l	7,52	0,403	6,99	8,50	0,054
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	GASOLINA ADITIVADA	37	R\$/l	6,97	0,231	6,74	7,68	0,033
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	GASOLINA ADITIVADA	47	R\$/l	7,63	0,558	7,24	9,29	0,073
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	GASOLINA ADITIVADA	172	R\$/l	7,58	0,296	6,79	8,25	0,039
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	GASOLINA ADITIVADA	122	R\$/l	7,13	0,221	6,45	7,49	0,031
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	GASOLINA ADITIVADA	42	R\$/l	6,64	0,268	6,15	7,79	0,040
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	GASOLINA ADITIVADA	64	R\$/l	6,77	0,223	6,27	7,49	0,033
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	GOIAS	GASOLINA ADITIVADA	103	R\$/l	6,58	0,239	6,09	7,28	0,036
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	MARANHAO	GASOLINA ADITIVADA	59	R\$/l	6,80	0,302	6,35	7,79	0,044
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	GASOLINA ADITIVADA	34	R\$/l	7,00	0,233	6,53	7,49	0,033
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	GASOLINA ADITIVADA	45	R\$/l	6,67	0,290	6,17	7,39	0,043
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	GASOLINA ADITIVADA	298	R\$/l	6,72	0,239	6,19	7,99	0,036
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	PARA	GASOLINA ADITIVADA	69	R\$/l	7,00	0,335	6,29	7,79	0,048
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	GASOLINA ADITIVADA	42	R\$/l	6,68	0,138	6,36	6,99	0,021
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	GASOLINA ADITIVADA	215	R\$/l	7,05	0,320	6,09	7,79	0,045
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	GASOLINA ADITIVADA	142	R\$/l	7,39	0,374	6,19	7,79	0,051
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PIAUÍ	GASOLINA ADITIVADA	44	R\$/l	6,90	0,287	6,39	7,39	0,042
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	GASOLINA ADITIVADA	271	R\$/l	6,97	0,291	6,19	8,19	0,042
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	GASOLINA ADITIVADA	37	R\$/l	7,28	0,263	6,49	7,69	0,036
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	GASOLINA ADITIVADA	307	R\$/l	6,85	0,249	6,27	7,79	0,036
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RODONIA	GASOLINA ADITIVADA	43	R\$/l	7,47	0,120	7,34	7,98	0,016
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RORAIMA	GASOLINA ADITIVADA	12	R\$/l	7,98	0,026	7,95	8,05	0,003
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	GASOLINA ADITIVADA	151	R\$/l	6,90	0,209	6,26	7,49	0,030
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	GASOLINA ADITIVADA	972	R\$/l	6,98	0,362	6,13	9,59	0,052
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	GASOLINA ADITIVADA	33	R\$/l	7,32	0,151	7,10	7,58	0,021
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	TOCANTINS	GASOLINA ADITIVADA	28	R\$/l	7,28	0,213	6,85	7,69	0,029
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	ACRE	GASOLINA COMUM	16	R\$/l	7,51	0,430	6,79	8,50	0,057
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	GASOLINA COMUM	54	R\$/l	6,82	0,231	6,59	7,39	0,034
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAPA	GASOLINA COMUM	3	R\$/l	6,48	0,105	6,38	6,59	0,016
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	GASOLINA COMUM	55	R\$/l	7,60	0,553	7,24	9,29	0,073
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	GASOLINA COMUM	244	R\$/l	7,43	0,288	6,57	7,99	0,039
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	GASOLINA COMUM	140	R\$/l	6,97	0,188	6,33	7,39	0,027
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	GASOLINA COMUM	49	R\$/l	6,52	0,176	6,15	6,79	0,027
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	GASOLINA COMUM	74	R\$/l	6,59	0,188	6,27	7,19	0,029
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	GOIAS	GASOLINA COMUM	163	R\$/l	6,39	0,236	5,89	6,89	0,037
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	MARANHAO	GASOLINA COMUM	95	R\$/l	6,65	0,319	6,09	7,59	0,048
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	GASOLINA COMUM	69	R\$/l	6,81	0,193	6,49	7,23	0,028
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	GASOLINA COMUM	58	R\$/l	6,51	0,277	6,15	7,19	0,043
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	GASOLINA COMUM	472	R\$/l	6,49	0,205	5,90	7,29	0,032
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	PARA	GASOLINA COMUM	99	R\$/l	6,84	0,301	6,45	7,99	0,044
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	GASOLINA COMUM	66	R\$/l	6,51	0,177	6,24	6,98	0,027
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	GASOLINA COMUM	269	R\$/l	6,94	0,268	6,09	7,99	0,039
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	GASOLINA COMUM	193	R\$/l	7,21	0,386	6,09	7,99	0,053
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PIAUÍ	GASOLINA COMUM	59	R\$/l	6,72	0,188	6,30	6,99	0,028

22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	GASOLINA COMUM	301	R\$/l	6,76	0,312	5,69	7,99	0,046
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	GASOLINA COMUM	41	R\$/l	7,17	0,318	6,49	7,59	0,044
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	GASOLINA COMUM	323	R\$/l	6,66	0,232	5,93	7,57	0,035
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RONDONIA	GASOLINA COMUM	46	R\$/l	7,40	0,129	7,09	7,96	0,017
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RORAIMA	GASOLINA COMUM	12	R\$/l	7,90	0,000	7,90	7,90	0,000
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	GASOLINA COMUM	163	R\$/l	6,78	0,174	6,26	7,29	0,026
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	GASOLINA COMUM	1241	R\$/l	6,69	0,282	5,77	9,39	0,042
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	GASOLINA COMUM	40	R\$/l	7,22	0,083	7,10	7,29	0,011
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	TOCANTINS	GASOLINA COMUM	44	R\$/l	7,12	0,220	6,46	7,79	0,031
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	ACRE	GLP	25	R\$/13kg	123,52	6,305	110,00	133,00	0,051
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	GLP	46	R\$/13kg	104,33	7,281	84,99	120,00	0,070
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAPA	GLP	12	R\$/13kg	121,47	8,656	110,00	137,00	0,071
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	GLP	76	R\$/13kg	125,43	5,019	118,00	143,00	0,040
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	GLP	157	R\$/13kg	112,35	13,664	87,99	150,00	0,122
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	GLP	68	R\$/13kg	118,37	6,029	97,00	129,00	0,051
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	GLP	34	R\$/13kg	102,49	6,351	87,99	112,00	0,062
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	GLP	60	R\$/13kg	99,41	6,141	87,99	119,99	0,062
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	GOIAS	GLP	148	R\$/13kg	111,24	9,595	85,00	133,00	0,086
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	MARANHAO	GLP	80	R\$/13kg	117,91	6,440	105,00	130,00	0,055
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	GLP	75	R\$/13kg	121,71	12,129	94,99	145,00	0,100
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	GLP	66	R\$/13kg	115,59	10,883	97,00	145,00	0,094
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	GLP	377	R\$/13kg	107,77	11,045	84,90	145,00	0,102
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	PARA	GLP	71	R\$/13kg	114,16	12,371	79,99	134,00	0,108
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	GLP	58	R\$/13kg	105,97	5,748	89,99	120,00	0,054
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	GLP	232	R\$/13kg	105,66	8,839	85,00	140,00	0,084
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	GLP	131	R\$/13kg	99,09	9,324	88,00	130,00	0,094
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PIAUI	GLP	47	R\$/13kg	108,74	6,441	100,00	127,99	0,059
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	GLP	190	R\$/13kg	98,92	12,768	79,99	146,99	0,129
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	GLP	38	R\$/13kg	108,42	8,397	92,00	130,00	0,077
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	GLP	264	R\$/13kg	114,51	9,284	93,00	150,00	0,081
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RONDONIA	GLP	47	R\$/13kg	125,39	10,266	109,00	150,00	0,082
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RORAIMA	GLP	22	R\$/13kg	141,72	6,692	130,00	156,00	0,047
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	GLP	90	R\$/13kg	118,90	10,020	95,00	145,00	0,084
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	GLP	713	R\$/13kg	111,27	10,675	79,99	140,00	0,096
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	GLP	33	R\$/13kg	108,78	3,367	103,00	115,00	0,031
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	TOCANTINS	GLP	36	R\$/13kg	128,72	5,329	117,00	143,00	0,041
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	GNV	9	R\$/m³	4,59	0,200	4,59	5,19	0,044
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	GNV	2	R\$/m³	3,99	0,000	3,99	3,99	0,000
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	GNV	13	R\$/m³	4,08	0,496	3,95	5,79	0,121
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	GNV	8	R\$/m³	5,15	0,332	5,15	6,09	0,064
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	GNV	11	R\$/m³	4,02	0,296	3,98	4,98	0,074
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	GNV	1	R\$/m³	3,99	0,000	3,99	3,99	0,000
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	GNV	1	R\$/m³	4,59	0,000	4,59	4,59	0,000
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	GNV	6	R\$/m³	4,99	0,251	4,74	5,45	0,050
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	GNV	8	R\$/m³	4,86	0,171	4,79	5,21	0,035
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	GNV	6	R\$/m³	4,59	0,263	4,19	4,99	0,057
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	GNV	27	R\$/m³	4,19	0,038	4,19	4,39	0,009
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	GNV	148	R\$/m³	4,24	0,498	3,79	6,49	0,117
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	GNV	3	R\$/m³	5,29	0,115	5,09	5,29	0,022
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	GNV	19	R\$/m³	5,11	0,295	4,59	5,81	0,058
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	GNV	22	R\$/m³	4,67	0,253	4,49	5,46	0,054
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	GNV	43	R\$/m³	4,10	0,374	3,77	5,29	0,091
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	GNV	5	R\$/m³	4,61	0,170	4,61	4,99	0,037
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	ACRE	OLEO DIESEL	15	R\$/l	7,92	0,382	7,39	8,75	0,048
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	OLEO DIESEL	8	R\$/l	7,68	0,773	6,79	8,88	0,101
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAPA	OLEO DIESEL	1	R\$/l	6,48	0,000	6,48	6,48	0,000
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	OLEO DIESEL	16	R\$/l	7,54	0,150	6,99	7,59	0,020
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	OLEO DIESEL	145	R\$/l	8,13	0,373	7,52	9,35	0,046
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	OLEO DIESEL	20	R\$/l	7,23	0,492	5,61	7,99	0,068
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	OLEO DIESEL	18	R\$/l	7,21	0,356	6,48	7,87	0,049
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	OLEO DIESEL	23	R\$/l	6,81	0,264	6,15	7,59	0,039
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	GOIAS	OLEO DIESEL	90	R\$/l	7,63	0,296	6,99	8,25	0,039
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	MARANHAO	OLEO DIESEL	41	R\$/l	7,43	0,224	6,85	7,78	0,030
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	OLEO DIESEL	40	R\$/l	7,45	0,307	6,94	8,89	0,041
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	OLEO DIESEL	24	R\$/l	7,11	0,334	6,59	7,89	0,047
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	OLEO DIESEL	236	R\$/l	7,30	0,341	6,49	7,99	0,047
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	PARA	OLEO DIESEL	47	R\$/l	7,50	0,336	6,85	8,29	0,045
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	OLEO DIESEL	25	R\$/l	6,89	0,244	6,39	7,30	0,035
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	OLEO DIESEL	128	R\$/l	7,42	0,340	6,19	8,60	0,046
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	OLEO DIESEL	7	R\$/l	7,77	0,186	7,49	7,99	0,024
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PIAUI	OLEO DIESEL	18	R\$/l	7,33	0,250	6,89	7,79	0,034
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	OLEO DIESEL	106	R\$/l	7,28	0,424	5,99	8,62	0,058
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	OLEO DIESEL	22	R\$/l	7,31	0,204	6,99	7,59	0,028
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	OLEO DIESEL	185	R\$/l	7,41	0,361	6,76	8,84	0,049
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RONDONIA	OLEO DIESEL	32	R\$/l	7,35	0,345	6,73	7,94	0,047
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RORAIMA	OLEO DIESEL	11	R\$/l	7,76	0,047	7,65	7,82	0,006
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	OLEO DIESEL	54	R\$/l	7,51	0,334	6,99	8,27	0,044
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	OLEO DIESEL	406	R\$/l	7,46	0,389	5,47	8,79	0,052
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	OLEO DIESEL	17	R\$/l	7,43	0,244	7,13	7,99	0,033
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	TOCANTINS	OLEO DIESEL	25	R\$/l	7,68	0,284	7,34	8,49	0,037

Planilha1											
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	ACRE	OLEO DIESEL S10	12	R\$/l	8,18	0,456	7,44	9,27	0,056
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	ALAGOAS	OLEO DIESEL S10	21	R\$/l	7,04	0,462	6,49	8,23	0,066
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAPA	OLEO DIESEL S10	2	R\$/l	7,32	0,283	7,12	7,52	0,039
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	AMAZONAS	OLEO DIESEL S10	43	R\$/l	7,56	0,656	6,99	9,29	0,087
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	BAHIA	OLEO DIESEL S10	178	R\$/l	8,18	0,388	6,99	9,35	0,047
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	CEARA	OLEO DIESEL S10	132	R\$/l	7,10	0,333	6,10	7,99	0,047
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	OLEO DIESEL S10	19	R\$/l	7,64	0,612	6,75	8,73	0,080
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	ESPIRITO SANTO	OLEO DIESEL S10	42	R\$/l	6,89	0,237	6,39	7,69	0,034
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	GOIAS	OLEO DIESEL S10	131	R\$/l	7,63	0,307	6,59	8,50	0,040
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	MARANHAO	OLEO DIESEL S10	76	R\$/l	7,42	0,243	6,96	8,09	0,033
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO	OLEO DIESEL S10	44	R\$/l	7,61	0,293	7,19	8,91	0,039
22/3/2026	28/3/2026	CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	OLEO DIESEL S10	25	R\$/l	7,26	0,420	6,21	8,09	0,058
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	MINAS GERAIS	OLEO DIESEL S10	336	R\$/l	7,50	0,326	6,49	8,29	0,043
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	PARA	OLEO DIESEL S10	69	R\$/l	7,53	0,411	6,75	8,63	0,055
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PARAIBA	OLEO DIESEL S10	44	R\$/l	7,02	0,280	6,29	7,85	0,040
22/3/2026	28/3/2026	SUL	PARANA	OLEO DIESEL S10	188	R\$/l	7,69	0,320	6,29	8,90	0,042
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PERNAMBUCO	OLEO DIESEL S10	169	R\$/l	7,11	0,310	6,68	8,28	0,044
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	PIAUI	OLEO DIESEL S10	42	R\$/l	7,59	0,360	5,90	7,99	0,047
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	OLEO DIESEL S10	193	R\$/l	7,39	0,466	5,69	8,99	0,063
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	OLEO DIESEL S10	38	R\$/l	7,35	0,189	6,99	7,77	0,026
22/3/2026	28/3/2026	SUL	RIO GRANDE DO SUL	OLEO DIESEL S10	219	R\$/l	7,52	0,350	6,69	8,84	0,046
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RONDONIA	OLEO DIESEL S10	41	R\$/l	7,51	0,297	6,86	7,99	0,040
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	RORAIMA	OLEO DIESEL S10	11	R\$/l	7,81	0,035	7,80	7,90	0,004
22/3/2026	28/3/2026	SUL	SANTA CATARINA	OLEO DIESEL S10	104	R\$/l	7,64	0,361	6,98	8,39	0,047
22/3/2026	28/3/2026	SUDESTE	SAO PAULO	OLEO DIESEL S10	789	R\$/l	7,67	0,349	6,19	9,99	0,045
22/3/2026	28/3/2026	NORDESTE	SERGIPE	OLEO DIESEL S10	10	R\$/l	7,20	0,173	7,13	7,69	0,024
22/3/2026	28/3/2026	NORTE	TOCANTINS	OLEO DIESEL S10	38	R\$/l	7,82	0,247	7,48	8,49	0,032

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MATO GROSSO

Contrato 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	114626-UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MATO GROSSO	DOUGLAS ADRIAN DE ALMEIDA PORTELA FERREIRA COELHO	06/05/2026 15:49 (v 0.2)
Status	RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	68/2026	03651.000085/2026-05

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 03651.000085/2026-05)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A **[União OU Autarquia XXXXX OU Fundação XXXXXX][A1]**, por intermédio do(a) **[órgão contratante]**, com sede no (a) **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, neste ato representado(a) pelo(a) **[cargo e nome]**, nomeado(a) pela Portaria nº **XX**, de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, publicada no DOU de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **[Pregão Eletrônico]** nº **XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.[A2]

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **[objeto]**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1						
2						
3						
				[A3]		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **02 dois anos** contados do(a) **data de assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6 Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O *valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. . indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4.. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.[A1]

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A2]

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A3] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22.. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A1]

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A2]

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A2] .

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Mato Grosso, Seção Judiciária de Cuiabá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Nenhum responsável informado.

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE TEM PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES
NECESSÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por meio de seu representante legal infra assinado, nos termos do **Edital de Pregão Eletrônico nº xxx/2026**, declara que tem pleno conhecimento das condições necessárias e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho para a prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle informatizado, incluindo meio de intermediação do pagamento, para aquisição de combustíveis em rede de postos credenciados, tipo etanol, gasolina e diesel, para atender aos veículos oficiais da Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso (IBGE-SES/MT), assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que possam ensejar desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

Local e Data: _____/____, ____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do representante legal da empresa:

Cargo:

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico:

UASG:

114626 – IBGE/SES/MT

PROCESSO: 03651.000085/2026-05		<i>CARIMBO OU Nº CNPJ</i>
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
CEP:	TELEFONE:	
E-MAIL:		

GRUPO /LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR/PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	% DE DESCONTO A SER APLICADO SOBRE O VALOR/PREÇO UNITÁRIO	VALOR/PREÇO UNITÁRIO APÓS APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE DESCONTO (R\$)	VALOR ANUAL ESTIMADO APÓS PERCENTUAL DE DESCONTO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO – PARA 24 MESES – APÓS PERCENTUAL DE DESCONTO (R\$)
01	1	Etanol	486024	Litros	70.908	R\$ 4,82 %	R\$	R\$	R\$
	2	Gasolina Comum	461506	Litros	4.416	R\$ 7,07 %	R\$	R\$	R\$
	3	Óleo Diesel	461552	Litros	80.880	R\$ 7,90 %	R\$	R\$	R\$
	4	Taxa de Administração	25372	Unidades	12	R\$ 1.686,23 %	R\$	R\$	R\$
VALOR GLOBAL ESTIMADO										R\$

IMPORTA A PRESENTE PROPOSTA NO VALOR TOTAL DO GRUPO/LOTE 1: R\$ (.....),

DECLARAMOS que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e inteira submissão às condições de fornecimento constantes do **Pregão Eletrônico nº 0068/2026**.

Dados do representante da empresa, para fins de assinatura do instrumento contratual:

Nome:.....
 CPF:.....RG:
 E-mail:

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias corridos

_____/____, de _____ de 2026.

Assinatura e carimbo do responsável pela proposta

ANEXO V
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR
(ANEXO V-B DA IN SEGES/MPDG N.5/2017)

INDICADOR Nº 01 – NÚMERO DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO SISTEMA COMPRAS.GOV CONTRATOS (GOVERNO FEDERAL)	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Garantir um atendimento célere e de qualidade na prestação dos serviços visando eliminar e/ou minimizar a incidência de ocorrências
META A CUMPRIR	X = 0
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Sistema Compras.gov.br Contratos
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pelo correio eletrônico e lançamentos realizados no Sistema Compras.gov.br Contratos em caso de ocorrências
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	X = Número de ocorrências registradas nos sistemas de fiscalização e gestão de contratos (Compras.gov.br Contratos)
INÍCIO DE VIGÊNCIA	Data de início da vigência do contrato
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	X = 0 => sem glosa na nota fiscal. X de 1 até 5 => glosa na nota fiscal no valor de R\$ 200,00. X > 5 => glosa na nota fiscal no valor de R\$ 500,00.
SANÇÕES	Em caso de reincidência de lançamento de ocorrência por 2 (dois) meses seguidos, será aplicada multa correspondente a 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
OBSERVAÇÕES:	

INDICADOR Nº 02 – CONFORMIDADE DO SISTEMA E RELATÓRIOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Garantir a automação do controle de impostos e segurança operacional, eliminando processos manuais.
META A CUMPRIR	Relatórios para controle e gestão descritos no item 4 do ETP da SES/MT.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Verificação funcional do sistema e relatórios exportados.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Atendimento aos requisitos descritos no item 4 do ETP da SES/MT.
PERIODICIDADE	Mensal.
MECANISMO DE CÁLCULO	X = Número de relatórios que não atendem aos requisitos do ETP da SES/MT.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	Após o período de implantação (10 dias).
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	X = 0 => sem glosa na nota fiscal. X de 1 até 5 => glosa na nota fiscal no valor de R\$ 100,00. X > 5 => glosa na nota fiscal no valor de R\$ 300,00.
SANÇÕES	Em caso de reincidência por 2 (dois) meses seguidos, será aplicada multa correspondente a 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
OBSERVAÇÕES:	

INDICADOR Nº 03 – TEMPESTIVIDADE DO SUPORTE TÉCNICO E LIBERAÇÃO DE EMERGÊNCIA	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Resolver problemas de pagamentos ou autorizações manuais sem reter equipes em postos.
META A CUMPRIR	Resposta e solução para liberação manual ou erro de sistema em até 30 minutos.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registro de chamados do SAC/Assessoria ou de e-mail/telefone.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Atendimento aos prazos descritos no item 4 do ETP da SES/MT.
PERIODICIDADE	Mensal.
MECANISMO DE CÁLCULO	X = Número dos chamados que ultrapassaram o prazo de 30 minutos.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	Data de início da vigência do contrato
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	X = 0 => sem glosa na nota fiscal. X de 1 até 5 => glosa na nota fiscal no valor de R\$ 100,00. X > 5 => glosa na nota fiscal no valor de R\$ 300,00.
SANÇÕES	Em caso de reincidência por 2 (dois) meses seguidos, será aplicada multa correspondente a 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
OBSERVAÇÕES:	